

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília
Abril/2015

MINISTRO DA FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIOS

Otávio Ladeira de Medeiros

Pricilla Maria Santana

Gilvan da Silva Dantas

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Alex Pereira Benício

EQUIPE

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Erika Medeiros de Siqueira

Fernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalevici Junqueira

Jailison Weilly Silveira

Leandro de Lima Galvão

Arte

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha

Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros

Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 21, n. 03 (março 2015). – Brasília : STN, 1995__.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	8
Transferências do Tesouro Nacional.....	12
Despesas do Tesouro Nacional.....	15
Previdência Social.....	21
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	25
Dívida Interna Líquida.....	26
Dívida Externa Líquida.....	29

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal.....	5
Tabela 2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	6
Tabela 3 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	7
Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal.....	8
Tabela 5 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Tabela 6 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	11
Tabela 7 - Dividendos - Resultado Acumulado no Ano.....	11
Tabela 8 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal.....	12
Tabela 9 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 10 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	14
Tabela 11 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal.....	15
Tabela 12 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	16
Tabela 13 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado.....	17
Tabela 14 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	18
Tabela 15 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	19
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	20
Tabela 17 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	20

Tabela 18 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal.....	21
Tabela 19 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano.....	22
Tabela 20 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	23
Tabela 21 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	24
Tabela 22 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 23 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 24 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 25 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	27
Tabela 26 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	28
Tabela 27 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	29
Tabela 28 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	29

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	7
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	7
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	9
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	12
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	16
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	16
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	18
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	18
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	19
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	22
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	25

Resultado Fiscal do Governo Central

Em março de 2015, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 1,5 bilhão, contra déficit R\$ 7,4 bilhões em fevereiro de 2015. O Tesouro Nacional registrou superávit de R\$ 8,0 bilhões; a Previdência Social (RGPS) déficit de R\$ 6,5 bilhões e o Banco Central déficit de R\$ 42,9 milhões.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central¹ - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2014 Mar	2015		Variação (%)	
		Fev	Mar	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
I. RECEITA TOTAL	93.831,15	91.820,4	97.414,2	6,1%	3,8%
Receitas do Tesouro	68.597,4	64.548,5	70.155,0	8,7%	2,3%
Receitas da Previdência Social	25.029,3	26.989,6	27.037,9	0,2%	8,0%
Receitas do Banco Central	204,4	282,4	221,3	-21,6%	8,2%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.841,74	21.735,4	14.818,3	-31,8%	7,1%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	79.989,41	70.085,0	82.595,9	17,9%	3,3%
IV. DESPESA TOTAL	76.788,67	77.514,9	81.132,2	4,7%	5,7%
Despesas do Tesouro	46.991,3	44.389,7	47.307,2	6,6%	0,7%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	29.558,9	32.865,0	33.560,9	2,1%	13,5%
Despesas do Banco Central	238,5	260,1	264,2	1,6%	10,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB²	0,00	0,00	0,00	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	3.200,7	-7.429,9	1.463,7	-	-54,3%
Tesouro Nacional	7.764,4	-1.576,7	8.029,6	-	3,4%
Previdência Social (RGPS)	-4.529,6	-5.875,4	-6.522,9	11,0%	44,0%
Banco Central ³	-34,1	22,2	-42,9	-	26,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central aumentaram R\$ 5,6 bilhões (6,1%), passando de R\$ 91,8 bilhões em fevereiro para R\$ 97,4 bilhões em março de 2015 em função, sobretudo, do aumento na arrecadação de impostos e do recebimento de dividendos.

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 6,9 bilhões (31,8%). Este resultado decorre principalmente da diminuição de R\$ 4,4 bilhões (26,6%) nas transferências constitucionais,

O resultado primário do Governo Central, em março de 2015, foi superavitário em R\$ 1,5 bilhão, contra déficit de R\$ 7,4 bilhões registrado no mês anterior.

reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) e da redução de R\$ 1,8 bilhão (66,4%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse trimestral de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

As despesas do Governo Central apresentaram acréscimo de R\$ 3,6 bilhões (4,7%) no comparativo entre fevereiro e março de 2015. Esse resultado reflete o aumento de R\$ 695,8 milhões (2,1%) nas despesas da Previdência Social e de R\$ 2,9 bilhões (6,6%) nas despesas do Tesouro Nacional.

Na comparação com março de 2014, o resultado primário do Governo Central decresceu R\$ 1,7 bilhão, passando de um superávit de R\$ 3,2 bilhões em 2014 para R\$ 1,5 bilhão em março de 2015. As receitas apresentaram aumento de R\$ 3,6 bilhões (3,8%) e as despesas cresceram R\$ 4,3 bilhões (5,7%) quando comparadas a março do ano anterior.

A receita do Governo Central apresentou decréscimo real de 4,4% em relação ao 1º trimestre de 2014, enquanto a despesa do Governo Central reduziu-se 0,8% em termos reais para o mesmo período.

R\$ Milhões

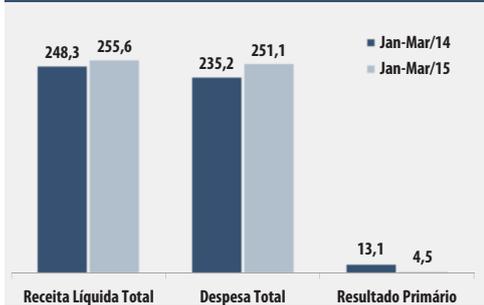
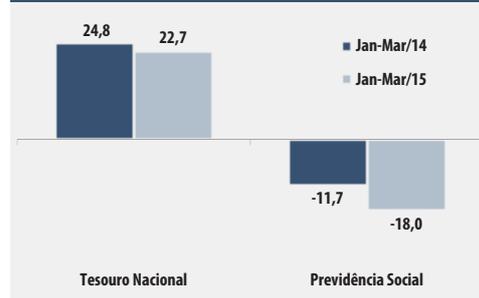
Tabela 2 - Resultado Primário do Governo Central ¹ - Brasil - 2014/2015			
Discriminação do Resultado	Jan-Mar		Variação (%)
	2014	2015	
I. RECEITA TOTAL	305.938,5	314.659,7	2,9%
Receitas do Tesouro	230.319,0	234.104,6	1,6%
Receitas da Previdência Social	74.877,5	79.943,7	6,8%
Receitas do Banco Central	741,9	611,4	-17,6%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	57.608,0	59.043,0	2,5%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	248.330,5	255.616,7	2,9%
IV. DESPESA TOTAL	235.210,0	251.131,6	6,8%
Despesas do Tesouro	147.914,6	152.365,3	3,0%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	86.582,6	97.993,6	13,2%
Despesas do Banco Central	712,8	772,6	8,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB²	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	13.120,5	4.485,1	-65,8%
Tesouro Nacional	24.796,4	22.696,3	-8,5%
Previdência Social (RGPS)	-11.705,1	-18.049,9	54,2%
Banco Central ³	29,2	-161,3	-
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	0,99%	0,32%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Comparativamente ao acumulado até março de 2014, houve decréscimo de R\$ 8,6 bilhões (65,8%) no resultado primário do Governo Central, passando de um superávit de R\$ 13,1 bilhões em 2014 para R\$ 4,5 bilhões em 2015.

As receitas totais do Governo Central apresentaram aumento de R\$ 8,7 bilhões (2,9%) em relação ao acumulado de janeiro a março de 2014. Desse montante destaca-se o crescimento de R\$ 9,1 bilhões (8,4%) em receitas de impostos e de R\$ 3,8 bilhões (4,2%) em receitas de contribuições.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2014/2015 - R\$ Bilhões

Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2014/2015 - R\$ Bilhões


As despesas do Governo Central cresceram R\$ 15,9 bilhões (6,8%), se comparadas ao acumulado até março de 2014, destacando-se os incrementos de R\$ 11,4 bilhões (13,2%) nas despesas da Previdência Social.

O resultado primário do Governo Central atingiu 0,32% do PIB no primeiro trimestre de 2015, ante 0,99% no mesmo período de 2014.

% PIB

Tabela 3 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Mar	
	2014	2015
GOVERNO CENTRAL	0,99%	0,32%
Tesouro Nacional	1,88%	1,64%
Previdência Social	-0,89%	-1,31%
Banco Central	0,00%	-0,01%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2014	2015		Variação (%)	
	Mar	Fev	Mar	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
I. RECEITA TOTAL	93.831,2	91.820,4	97.414,2	6,1%	3,8%
I.1. Receitas do Tesouro	68.597,4	64.548,5	70.155,0	8,7%	2,3%
Receita Bruta ²	69.044,4	65.751,8	71.091,6	8,1%	3,0%
Impostos	30.962,4	31.277,0	35.453,9	13,4%	14,5%
IR	21.896,3	21.959,6	24.936,0	13,6%	13,9%
IPI	3.784,4	3.487,4	3.863,1	10,8%	2,1%
Outros	5.281,7	5.830,0	6.654,8	14,1%	26,0%
Contribuições	25.925,7	27.655,5	26.962,3	-2,5%	4,0%
Cofins	15.243,9	15.921,2	15.313,0	-3,8%	0,5%
CSLL	4.352,9	4.912,1	5.087,1	3,6%	16,9%
Pis/Pasep	4.115,1	4.379,3	4.201,3	-4,1%	2,1%
Cide-Combustíveis	0,7	0,5	0,6	25,6%	-18,4%
Outras	2.213,1	2.442,5	2.360,3	-3,4%	6,7%
Demais	12.156,3	6.819,3	8.675,4	27,2%	-28,6%
Cota parte de compensações financeiras	1.846,8	1.194,4	1.331,8	11,5%	-27,9%
Diretamente arrecadadas	5.658,3	3.221,3	3.394,9	5,4%	-40,0%
Concessões	10,5	58,0	68,2	17,6%	550,6%
Dividendos	2.998,5	132,9	1.755,4	-	-41,5%
Outras	1.642,3	2.212,7	2.125,1	-4,0%	29,4%
(-) Restituições	-447,0	-1.203,4	-936,5	-22,2%	109,5%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
I.2. Receitas da Previdência Social³	25.029,3	26.989,6	27.037,9	0,2%	8,0%
Receitas da Previdência Social - Urbano	24.474,7	26.527,4	26.551,8	0,1%	8,5%
Receitas da Previdência Social - Rural	554,6	462,2	486,1	5,2%	-12,3%
I.3. Receitas do Banco Central	204,4	282,4	221,3	-21,6%	8,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

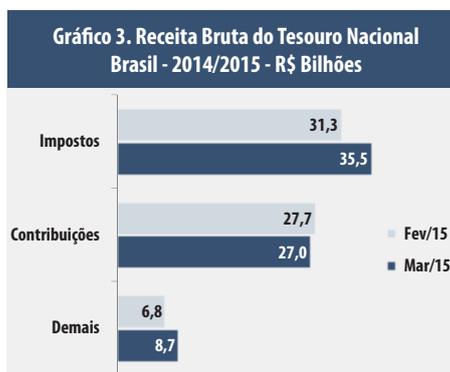
3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Receitas do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 5,3 bilhões (8,1%), passando de R\$ 65,8 bilhões, em fevereiro de 2015, para R\$ 72,1 bilhões em março do mesmo ano. Este comportamento é explicado por: (i) aumento de R\$ 4,2 bilhões (13,4%) na arrecadação de impostos; (ii) acréscimo de

R\$ 1,9 bilhões (27,2%) no ingresso de demais receitas; e (iii) parcialmente compensado pela redução de R\$ 693,2 milhões (2,5%) na arrecadação de contribuições.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 35,5 bilhões e as de contribuições R\$ 27,0 bilhões, apresentando em seu conjunto um acréscimo de R\$ 3,5 bilhões (5,9%) em relação aos valores apurados em fevereiro de 2015. Essa evolução decorreu sobretudo do aumento de R\$ 3,0 bilhões (13,6%) na arrecadação do IR e de R\$ 175,0 milhões (3,6%) da CSLL em função do encerramento, em março, do prazo legal



para os pagamentos referentes à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2014. Além disso, cumpre destacar o acréscimo de R\$ 824,8 milhões (14,1%) em outros impostos, explicado pelo aumento na arrecadação do Imposto de Importação em R\$ 942,5 milhões (31,8%), em função da conjunção da elevação da taxa média de câmbio e da alíquota média efetiva do referido imposto e da redução no valor em dólar das importações. O crescimento registrado foi parcialmente compensado pela redução de R\$ 608,2 milhões (3,8%) no recolhimento da Cofins, explicada principalmente pelo recolhimento extraordinário de cerca de R\$ 1,1 bilhão em fevereiro de 2015 em decorrência de transferências extraordinárias de ativos entre empresas.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram aumento de R\$ 1,9 bilhões (27,2%), principalmente devido ao acréscimo de R\$ 1,6 bilhões na receita de dividendos, em função de recebimentos de R\$ 1,1 bilhão da Caixa Econômica Federal (CEF) e de R\$ 548,0 milhões (19,8%) do Banco do Brasil.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou, em março de 2015, crescimento de R\$ 2,0 bilhões (3,0%) em relação a março de 2014. Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram:

i) acréscimo de R\$ 4,5 bilhões (14,5%) na receita de arrecadação de impostos, sobretudo no Imposto de Renda (R\$ 3,0 bilhões), influenciado, principalmente, pelo aumento na arrecadação do ajuste anual no setor financeiro (no exercício de 2014 esse ajuste foi antecipado para janeiro), e incremento no Imposto de Importação (R\$ 848,9 milhões), em função da elevação da taxa média de câmbio e da alíquota média efetiva do Imposto, apesar da redução no valor em dólares das importações;

ii) redução de R\$ 2,3 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas, em função do recolhimento, em março de 2014, de R\$ 2,4 bilhões da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), sem evento correspondente em 2015, cujo recolhimento ocorrerá em abril; e

iii) diminuição de R\$ 1,2 bilhão (41,5%) nas receitas de dividendos em função do recebimento de R\$ 1,9 bilhão do BNDES em março de 2014, sem equivalente no

A receita do Governo Central apresentou acréscimo de R\$ 5,6 bilhões (6,1%) relativamente ao mês anterior. Esse aumento é explicado principalmente por recolhimentos sazonalmente concentrados neste mês.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de 3,0% em relação a março de 2014. Em termos reais houve redução de 4,8%.

presente ano, compensada parcialmente pelo aumento de R\$ 430,8 milhões no recolhimento de dividendos da CEF.

Receitas do Tesouro Nacional Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

R\$ Milhões

Tabela 5 - Receitas Primárias do Governo Central ¹ - Brasil - 2014/2015			
Discriminação do Resultado	Jan-Mar		Variação (%)
	2014	2015	
I. RECEITA TOTAL	305.938,5	314.659,7	2,9%
I.1. Receitas do Tesouro	230.319,0	234.104,6	1,6%
Receita Bruta ²	232.034,7	238.100,7	2,6%
Impostos	108.769,8	117.895,0	8,4%
IR	79.965,1	86.825,0	8,6%
IPI	12.327,0	12.771,4	3,6%
Outros	16.477,7	18.298,6	11,1%
Contribuições	89.109,1	92.886,4	4,2%
Cofins	48.153,3	49.333,3	2,5%
CSLL	19.634,4	21.377,8	8,9%
Pis/Pasep	13.142,6	13.503,3	2,7%
Cide-Combustíveis	2,3	1,6	-31,2%
Outras	8.176,6	8.670,4	6,0%
Demais	34.155,8	27.319,3	-20,0%
Cota parte de compensações financeiras	10.148,2	7.252,0	-28,5%
Diretamente arrecadadas	12.590,9	10.853,1	-13,8%
Concessões	765,3	427,9	-44,1%
Dividendos	5.890,6	1.888,3	-67,9%
Outras	4.760,8	6.898,0	44,9%
(-) Restituições	-1.714,1	-3.996,0	133,1%
(-) Incentivos Fiscais	-1,6	0,0	-100,0%
I.2. Receitas da Previdência Social ³	74.877,5	79.943,7	6,8%
Receitas da Previdência Social - Urbano	73.399,1	78.503,3	7,0%
Receitas da Previdência Social - Rural	1.478,4	1.440,4	-2,6%
I.3. Receitas do Banco Central	741,9	611,4	-17,6%

Fonte: Tesouro Nacional

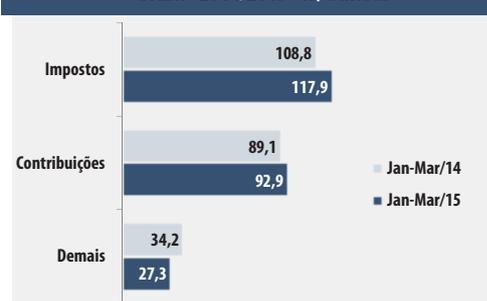
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

No 1º trimestre, a receita do Governo Central apresentou elevação nominal de R\$ 8,7 bilhões (2,9%) relativamente ao ano anterior. Em termos reais, houve redução de 4,4%.

Em 2015, os impostos apresentaram elevação equivalente a 0,30 p.p. do PIB, explicada principalmente pela arrecadação de IRRF - Rendimentos do Trabalho e IRRF - Rendimentos do Capital.

Na comparação com o exercício de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 6,1 bilhões (2,6%), passando de R\$ 232,0 bilhões para R\$ 238,1 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida ao aumento de R\$ 9,1 bilhões (8,4%) na arrecadação de impostos e de R\$ 3,8 bilhões (4,2%) na arrecadação de contribuições,

Gráfico 4. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2014/2015 - R\$ Bilhões



% PIB

Tabela 6 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015		
Discriminação	Jan - Mar	
	2014	2015
RECEITA BRUTA ¹	17,55%	17,23%
Impostos	8,23%	8,53%
IR	6,05%	6,28%
IPI	0,93%	0,92%
Outros	1,25%	1,32%
Contribuições	6,74%	6,72%
Cofins	3,64%	3,57%
CSLL	1,48%	1,55%
Pis/Pasep	0,99%	0,98%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,62%	0,63%
Demais	2,58%	1,98%
Cota parte de compensações financeiras	0,77%	0,52%
Diretamente arrecadadas	0,95%	0,79%
Concessões	0,06%	0,03%
Dividendos	0,45%	0,14%
Outras	0,36%	0,50%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

parcialmente compensados pela diminuição em R\$ 6,8 bilhões (20,0%) nas demais receitas.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) elevação de R\$ 5,1 bilhões (13,3%) na arrecadação com IRRF, sobretudo em função IRRF – Rendimentos do Capital, refletindo aumento dos ganhos de capital;

ii) acréscimo de R\$ 1,9 bilhão (5,1%) em IRPJ e de R\$ 1,7 bilhão (8,9%) na arrecadação de CSLL, decorrente da arrecadação

extraordinária de cerca de R\$ 3,5 bilhões, em fevereiro de 2015, advinda da transferência de ativos entre empresas; e

iii) aumento de R\$ 1,2 bilhão (2,5%) na arrecadação de Cofins, fruto da arrecadação extraordinária, em fevereiro de 2015, no valor de cerca de R\$ 1,1 bilhão em decorrência de transferência de ativos entre empresas.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 6,8 bilhões (20,0%), em relação ao acumulado entre janeiro e março de 2014, devido, principalmente, ao decréscimo de R\$ 4,0 bilhões (67,9%) nos dividendos, sobretudo devido aos recebimentos do BNDES e CEF em fevereiro de 2014, pela diminuição de R\$ 2,9 bilhões (28,5%) na cota parte de compensações financeiras, em função de fatores determinantes da base de incidência do tributo, dentre eles o preço internacional do petróleo, e pela redução de R\$ 1,7 bilhão (13,8%) nas receitas diretamente arrecadadas, explicada pelo recolhimento, em março de 2014, de R\$ 2,4 bilhões da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), sem correspondência em 2015, uma vez que o recolhimento ocorrerá em abril.

R\$ Milhões

Tabela 7 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2014/2015		
Discriminação	Jan - Mar	
	2014	2015
Banco do Brasil	649,5	680,9
BNB	0,0	0,0
BNDES	3.898,2	0,0
Caixa	1.342,0	1.072,8
Correios	0,0	0,0
Eletrobras	0,0	0,0
IRB	0,0	88,5
Petrobras	0,0	0,0
Demais	1,0	46,1
Total	5.890,6	1.888,3

Fonte: Tesouro Nacional

A contribuições reduziram o equivalente a 0,02 p.p. do PIB, principalmente pelo impacto na Cofins do decréscimo real no volume de vendas e de importações.

As demais receitas reduziram-se o equivalente a 0,61 p.p. do PIB, explicadas principalmente pelo recolhimento de dividendos em 2014 sem correspondência em 2015 e pelo impacto da redução do preço do petróleo na cota parte de compensações financeiras.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 8 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2014	2015		Variação %	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	13.841,7	21.735,4	14.818,3	-31,8%	7,1%
Transferências Constitucionais	10.248,2	16.594,5	12.177,8	-26,6%	18,8%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,0	0,0	0,0	-	-
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	5,6	0,0	-	-
Demais Transferências	3.593,5	5.135,3	2.640,5	-48,6%	-26,5%
Salário Educação	1.466,2	1.567,5	921,2	-41,2%	-37,2%
Royalties	1.420,4	2.751,6	924,3	-66,4%	-34,9%
Fundef/Fundeb	685,8	773,1	773,2	0,0%	12,7%
Outras	21,1	43,2	21,8	-49,5%	3,4%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Transferências do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março de 2015, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram redução de R\$ 6,9 bilhões (31,8%), totalizando R\$ 14,8 bilhões, contra R\$ 21,7 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

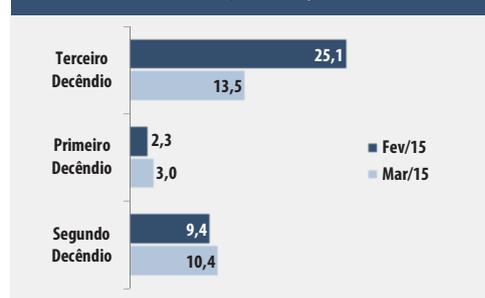
i) do decréscimo de R\$ 4,4 bilhões (26,6%) nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), sobretudo no terceiro decêndio de fevereiro, com reflexo nas transferências de março;

ii) da redução de R\$ 1,8 bilhão (66,4%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse trimestral de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; e

iii) da redução de R\$ 646,3 milhões (41,2%) no salário educação.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram redução de R\$ 6,9 bilhões (31,8%) em março de 2015, frente a fevereiro refletindo, sobretudo, o decréscimo nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI).

**Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais
Brasil - 2014/2015 - R\$ Bilhões**



Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Em relação a março de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 976,5 milhões (7,1%), passando de R\$ 13,8 bilhões em março 2014 para R\$ 14,8 bilhões em março 2015. As principais variações no período foram:

i) aumento de R\$ 1,9 bilhão (18,8%) nas transferências constitucionais, reflexo da variação de arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI);

ii) redução de R\$ 545,0 milhões (37,2%) nas transferências relacionadas ao salário educação; e

iii) decréscimo de R\$ 496,1 milhões (34,9%) nas transferências de royalties de petróleo, reflexo da variação na arrecadação do tributo nesse período.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação ao acumulado de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 1,4 bilhão (2,5%), elevando-se de R\$ 57,6 bilhões em 2014 para R\$ 59,0 bilhões em 2015. As principais variações no período foram:

i) elevação de R\$ 1,4 bilhão (46,7%) nas transferências relacionadas ao Fundeb;

ii) aumento de R\$ 1,2 bilhão (38,8%) nas transferências associadas ao salário educação; e

iii) redução de R\$ 2,3 bilhões relativos à Lei Complementar nº 115/2002, dos quais R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), ocorrido em fevereiro de 2014 sem evento correspondente em igual período de 2015. Cumpre destacar que a execução dessa rubrica é condicionada à aprovação da LOA 2015, por isso não há execução de repasses no primeiro trimestre do ano corrente.

R\$ Milhões

Tabela 9 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015			
Discriminação do Resultado	Jan-Mar		Variação %
	2014	2015	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	57.608,0	59.043,0	2,5%
Transferências Constitucionais	43.346,7	45.281,7	4,5%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	2.275,0	0,0	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	116,1	7,8	-93,2%
Demais Transferências	11.870,3	13.753,5	15,9%
Salário Educação	3.097,8	4.300,6	38,8%
Royalties	5.613,2	4.874,4	-13,2%
Fundef/Fundeb	3.039,5	4.457,5	46,7%
Outras	119,7	121,0	1,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Em relação ao acumulado de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 1,4 bilhão (2,5%), influenciadas, principalmente, pelo aumento nas transferências associadas ao Fundeb e ao salário educação.

% PIB

Tabela 10 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015		
Discriminação	Jan - Mar	
	2014	2015
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,36%	4,47%
Transferências Constitucionais	3,28%	3,42%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,17%	0,00%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,01%	0,00%
Demais Transferências ²	0,90%	1,04%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006) e da MP nº 629/2013.

2. Inclui valores referentes ao auxílio financeiro aos Municípios, nos termos da Lei nº 12.859/2013.

Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 11 - Despesas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2014 Março	2015		Variação %	
		Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
I. DESPESA TOTAL	76.788,7	77.514,9	81.132,2	4,7%	5,7%
I.1. Despesas do Tesouro	46.991,3	44.389,7	47.307,2	6,6%	0,7%
Pessoal e Encargos Sociais ²	16.319,9	17.555,5	17.274,9	-1,6%	5,9%
Custeio e Capital	30.524,1	26.617,3	29.848,8	12,1%	-2,2%
Despesa do FAT	3.148,7	2.509,9	3.580,4	42,7%	13,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	546,5	1.003,1	582,1	-42,0%	6,5%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	3.129,80	3.503,6	3.547,8	1,3%	13,4%
Auxílio à CDE	1.721,0	0,0	0,0	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.978,1	19.600,7	22.138,6	12,9%	0,7%
Outras Despesas de Custeio	16.662,1	16.091,7	18.241,3	13,4%	9,5%
Outras Despesas de Capital ⁵	5.316,0	3.509,0	3.897,2	11,1%	-26,7%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	147,3	216,9	183,4	-15,4%	24,6%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	29.558,9	32.865,0	33.560,9	2,1%	13,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	22.883,1	25.446,5	25.996,9	2,2%	13,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	6.675,8	7.418,5	7.563,9	2,0%	13,3%
I.3. Despesas do Banco Central	238,5	260,1	264,2	1,6%	10,8%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.

6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

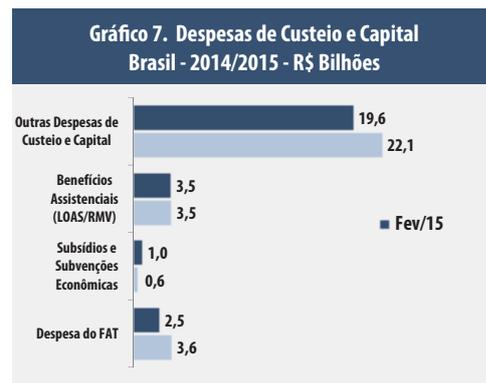
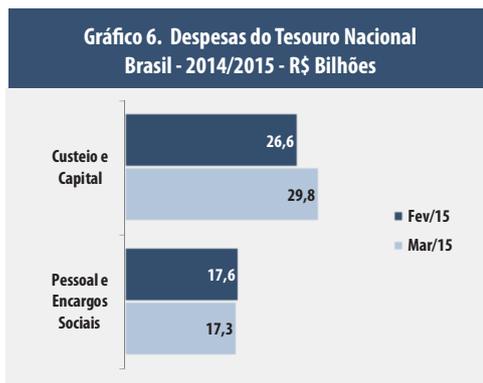
Despesas do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 47,3 bilhões, representando um aumento de R\$ 2,9 bilhões (6,6%) em relação a fevereiro de 2015. Esse comportamento é explicado pelo acréscimo de R\$ 3,2 bilhões (12,1%) nas despesas de Custeio e Capital e pelo decréscimo de R\$ 280,6 milhões (1,6%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais. As despesas da Previdência Social apresentaram elevação de R\$ 695,8 milhões (2,1%) quando comparadas com o mês anterior.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

Em março, a despesa do Governo Central apresentou elevação de R\$ 3,6 bilhões (4,7%) em relação ao mês anterior, explicada principalmente pelo aumento nas despesas do FAT e das despesas discricionárias.

Em relação a fevereiro, as despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram-se em R\$ 280,6 milhões (1,6%).



i) acréscimo de R\$ 2,5 bilhões (12,9%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 1,2 bilhão (9,1%) nas despesas discricionárias;

ii) aumento de R\$ 1,1 bilhão (42,7%) nas despesas do FAT; e

iii) redução de R\$ 421,0 milhões (42,0%) nas despesas com subsídios e subvenções econômicas.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 17,3 bilhões no mês, frente a R\$ 17,6 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de 1,6%.

R\$ Milhões

Tabela 12 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015

Discriminação	2014		2015		Variação %	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15	Mar/15	Mar/14
Precatórios e Sentenças	41,3	69,4	82,4	18,7%	99,3%	
Legislativo	138,2	118,9	163,9	37,8%	18,6%	
Judiciário	630,7	676,2	899,3	33,0%	42,6%	
Crédito Extraordinário ¹	503,4	87,0	411,5	373,1%	-18,3%	
PAC	4.389,5	2.729,9	2.961,4	8,5%	-32,5%	
d/q MCMV	1.929,2	892,1	1.096,9	23,0%	-43,1%	
Fundo Constitucional DF	75,4	604,4	655,0	8,4%	768,7%	
Outras ²	52,0	661,9	1.041,5	57,4%	-	
Compensação RGPS ³	1.002,6	1.644,6	1.725,3	4,9%	72,1%	
Discricionárias	15.145,0	13.008,3	14.198,1	9,1%	-6,3%	
Min. da Saúde	7.056,5	5.530,3	6.494,8	17,4%	-8,0%	
Min. do Des. Social	2.803,8	2.300,3	2.395,3	4,1%	-14,6%	
Min. da Educação	2.654,5	2.563,2	2.455,7	-4,2%	-7,5%	
Demais	2.630,2	2.614,5	2.852,3	9,1%	8,4%	
Total	21.978,1	19.600,7	22.138,6	12,9%	0,7%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

3. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Em relação a março de 2014, houve um aumento de R\$ 315,9 milhões (0,7%) nas despesas do Tesouro Nacional. Esta variação é explicada pelo aumento de R\$ 955,0 milhões (5,9%) nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, parcialmente compensada pela redução de R\$ 675,3 milhões (2,2%) nas despesas de Custeio e Capital.

A variação nas despesas de custeio e capital, em relação ao mesmo mês do ano anterior, deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

- i) redução de R\$ 1,7 bilhão nas despesas com auxílio à CDE, o qual não teve valor executado em 2015;
- ii) aumento de R\$ 418,0 milhões (13,4%) com Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV); e
- iii) elevação de R\$ 431,7 milhões (13,7%) em Despesas do FAT.

Em comparação a março de 2014, as despesas de Custeio e Capital diminuíram R\$ 675,3 milhões (2,2%).

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 4,5 bilhões (3,0%) em relação ao acumulado até março de 2014, destacando-se o aumento de R\$ 1,7 bilhão (1,8%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 2,9 bilhões (5,6%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

O aumento observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao primeiro trimestre de 2014, pode ser explicado por:

R\$ Milhões

Tabela 13 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Mar		Variação %
	2014	2015	
I. DESPESA TOTAL	235.210,0	251.131,6	6,8%
I.1. Despesas do Tesouro	147.914,6	152.365,3	3,0%
Pessoal e Encargos Sociais	51.986,2	54.896,2	5,6%
Custeio e Capital	95.321,3	97.006,9	1,8%
Despesa do FAT	10.283,7	10.863,3	5,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas	1.970,8	2.670,7	35,5%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	8.948,24	10.487,4	17,2%
Auxílio à CDE	2.772,8	1.250,0	-54,9%
Outras Despesas de Custeio e Capital	71.345,6	71.735,4	0,5%
Outras Despesas de Custeio	50.902,8	56.642,2	11,3%
Outras Despesas de Capital	20.442,8	15.093,3	-26,2%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	607,2	462,2	-23,9%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	86.582,6	97.993,6	13,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	67.373,4	75.807,1	12,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	19.209,2	22.186,6	15,5%
I.3. Despesas do Banco Central	712,8	772,6	8,4%
I.4. Despesas Primárias/PIB	17,8%	18,2%	2,2%

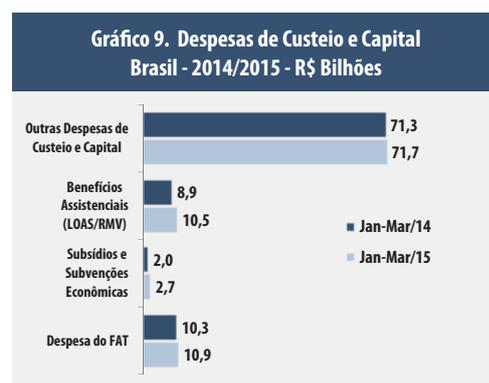
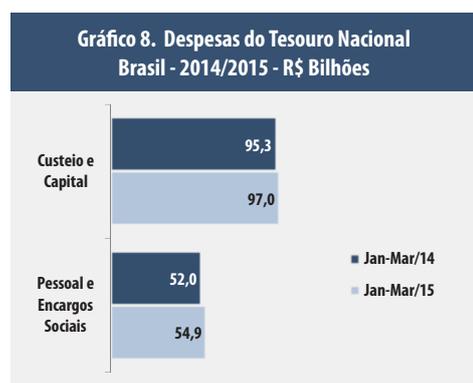
Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em comparação ao acumulado de 2014, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais aumentaram R\$ 2,9 bilhões (5,6%).

i) incremento de R\$ 2,1 bilhões (70,7%) em Compensação ao RGPS, devido ao aumento dos setores beneficiados pela desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013);

ii) elevação de 1,5 bilhão (17,2%) em Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV); e

iii) diminuição de R\$ 1,5 bilhão (54,9%) em gastos com auxílio à CDE.



R\$ Milhões

Tabela 14 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Mar		Variação %
	2014	2015	
Precatórios e Sentenças	111,5	423,2	279,7%
Legislativo	413,4	413,5	0,0%
Judiciário	1.799,7	2.143,1	19,1%
Crédito Extraordinário ¹	1.507,6	691,4	-54,1%
PAC	15.455,1	10.429,9	-32,5%
d/q MCMV	5.525,1	3.850,8	-30,3%
Fundo Constitucional DF	270,8	1.993,7	636,3%
Outras ²	343,9	2.307,9	571,2%
Compensação RGPS ³	2.955,4	5.045,0	70,7%
Discricionárias	48.488,3	48.287,7	-0,4%
Min. da Saúde	21.871,9	21.698,6	-0,8%
Min. do Des. Social	7.565,5	7.485,1	-1,1%
Min. da Educação	8.312,1	8.384,8	0,9%
Demais	10.738,8	10.719,2	-0,2%
Total	71.345,6	71.735,4	0,5%

Fonte: Tesouro Nacional

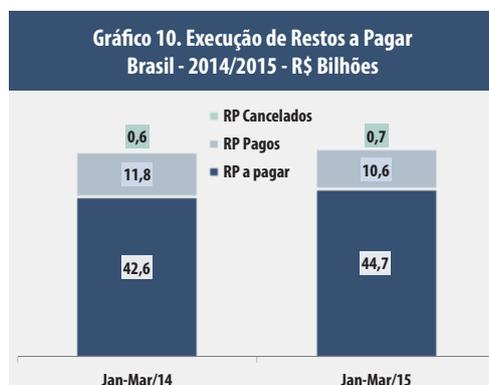
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

3. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até março de 2015, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 10,6 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 2,4 bilhão) e Educação (R\$ 2,7 bilhões).



R\$ Milhões

**Tabela 15 - Subsídios e Subvenções Econômicas
Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2014/2015**

Discriminação	Jan-Mar	
	2014	2015
Agricultura	672,0	433,6
Custeio Agropecuário	83,3	104,1
Investimento Rural	7,3	16,3
Preços Agrícolas	210,5	-79,0
EGF	0,3	0,0
AGF	170,2	-125,5
Sustent. de preços	40,0	46,5
Pronaf	85,4	139,8
Pesa	272,9	221,6
Álcool	0,0	24,7
Cacau	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	-20,2	-17,1
FUNCAFÉ	32,9	21,9
Revitaliza	0,0	1,2
Outros	143,9	858,4
PSI	16,0	161,7
Op. Microcrédito (EQMPO)	12,5	392,3
Op. Microcrédito (EQPCD)	0,8	2,9
FND	0,0	0,0
FSA	0,0	0,0
Exportação (Proex)	64,5	101,5
Itaipu ¹	50,1	200,0
Capitalização à EMGEA	0,0	0,0
Total	815,9	1.292,0

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R\$ Milhões

**Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano
Brasil - 2008/2015**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
média 2014	4.053.605,1	4,8%	1.852.351,9	3,6%	2.201.253,2	5,7%
Mar/08	2.716.609,0	8,7%	1.312.881,3	9,7%	1.403.727,7	7,7%
Mar/09	2.971.965,3	9,4%	1.442.940,0	9,9%	1.529.025,3	8,9%
Mar/10	3.198.160,7	7,6%	1.551.103,0	7,5%	1.647.057,7	7,7%
Mar/11	3.430.773,3	7,3%	1.633.224,3	5,3%	1.797.549,0	9,1%
Mar/12	3.616.705,0	5,4%	1.694.820,0	3,8%	1.921.885,0	6,9%
Mar/13	3.794.188,3	4,9%	1.758.064,0	3,7%	2.036.124,3	5,9%
Mar/14	3.989.993,0	5,2%	1.831.600,7	4,2%	2.158.392,3	6,0%
Mar/15	4.150.844,7	4,0%	1.884.079,7	2,9%	2.266.765,0	5,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 17 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Mar	
	2014	2015
DESPESAS DO TESOIRO NACIONAL	11,19%	11,52%
Pessoal e Encargos Social	3,93%	4,15%
Custeio e Capital	7,21%	7,34%
Despesas do FAT	0,78%	0,82%
Subsídios e Subvenções ¹	0,15%	0,20%
LOAS/RMV ²	0,68%	0,79%
Outras	5,40%	5,43%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,03%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

2. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

Previdência Social

R\$ Milhões

Discriminação do Resultado	Tabela 18 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015				
	2014	2015		Variação %	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	25.029,3	26.989,6	27.037,9	0,2%	8,0%
Arrecadação Bruta	28.000,6	30.060,2	30.186,3	0,4%	7,8%
Contribuição Previdenciária	24.273,7	25.455,6	25.541,3	0,3%	5,2%
Simples ¹	2.549,7	2.803,0	2.752,0	-1,8%	7,9%
CFT	0,0	0,0	0,0	-	-
Depósitos Judiciais	167,3	152,3	159,0	4,4%	-4,9%
Refis	7,4	4,7	8,7	85,2%	17,0%
Compensação RGPS ²	1.002,6	1.644,6	1.725,3	4,9%	72,1%
(-) Restituição/Devolução	-109,4	-23,5	-182,9	676,9%	67,1%
(-) Transferências a Terceiros	-2.861,9	-3.047,1	-2.965,5	-2,7%	3,6%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	29.558,9	32.865,0	33.560,9	2,1%	13,5%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-4.529,6	-5.875,4	-6.522,9	11,0%	44,0%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,13%	-1,31%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.

2. Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março de 2015, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 6,5 bilhões, contra um déficit de R\$ 5,9 bilhões em fevereiro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

- i) aumento de R\$ 695,8 milhões nas despesas com benefícios (2,1%); e
- ii) acréscimo de R\$ 48,3 milhões (0,2%) na arrecadação líquida de março, resultado combinado do acréscimo de R\$ 126,1 milhões (0,4%) na arrecadação bruta, do decréscimo de R\$ 81,6 milhões (2,7%) nas transferências a terceiros e do aumento de R\$ 159,4 milhões nas restituições/devoluções.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

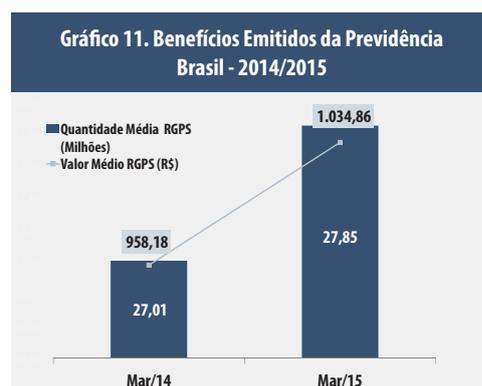
Na comparação com valores de março de 2014, o resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 4,5 bilhões para um déficit de R\$ 6,5 bilhões (44,0%), devido, principalmente, aos seguintes fatores:

Em março de 2015, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 6,5 bilhões contra déficit de R\$ 5,9 bilhões no mês anterior.

Os benefícios previdenciários apresentaram elevação de R\$ 4,0 bilhões (13,5%) em relação a março de 2014.

i) aumento de R\$ 2,0 bilhões (8,0%) na arrecadação líquida, resultado, principalmente, do aumento de R\$ 1,3 bilhão (5,2%) na Contribuição Previdenciária e de R\$ 722,7 milhões (72,1%) na Compensação ao RGPS; e

ii) elevação de R\$ 4,0 bilhões (13,5%) no montante de benefícios previdenciários, devido ao incremento de 8,0% no valor médio dos benefícios e de 3,0% na quantidade mensal de benefícios pagos.



Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado de 2014, o déficit aumentou de 0,89% para 1,37% do PIB. Em termos nominais, o déficit teve um aumento de R\$ 6,3 bilhões (54,2%).

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de abril de 2013.

A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,1 bilhões (6,8%), explicado principalmente pelo acréscimo de R\$ 2,4 bilhões (70,7%) no montante de compensações do RGPS, em função da inclusão de

novos setores na desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013) e do crescimento de R\$ 3,0 bilhões (4,0%) nas contribuições previdenciárias, reflexo do crescimento de 7,4% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

R\$ Milhões

Tabela 19 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Mar		Variação %
	2014	2015	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	74.877,5	79.943,7	6,8%
Arrecadação Bruta	85.524,5	91.375,2	6,8%
Contribuição Previdenciária	73.921,5	76.876,9	4,0%
Simples ¹	8.160,7	8.941,2	9,6%
CFT	0,0	0,0	-
Depósitos Judiciais	464,7	488,8	5,2%
Refis	22,1	23,5	5,9%
Compensação RGPS ²	2.955,42	5.045,0	70,7%
(-) Restituição/Devolução	-196,2	-300,0	52,9%
(-) Transferências a Terceiros	-10.450,7	-11.131,6	6,5%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	86.582,6	97.993,6	13,2%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-11.705,1	-18.049,9	54,2%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,89%	-1,37%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.

2. Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 11,4 bilhões (13,2%), comparativamente ao mesmo período de 2014, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 76,68 (8,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e

ii) elevação de 844,0 mil no número de benefícios emitidos em 2015 (3,1%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 605,8 mil de benefícios referentes a aposentadorias, de 157,7 mil referentes a pensões por morte e 68,7 mil de benefícios referentes a auxílio-doença.

Tabela 20 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan-Mar			Jan-Mar	
	2014	2015		2014	2015
CONTRIBUIÇÃO	74.877,5	79.943,7	6,8%	5,66%	6,05%
Urbano	73.399,1	78.503,3	7,0%	5,55%	5,94%
Rural	1.478,4	1.440,4	-2,6%	0,11%	0,11%
BENEFÍCIOS	86.582,6	97.993,6	13,2%	6,55%	7,41%
Urbano	67.373,4	75.807,1	12,5%	5,10%	5,73%
Rural	19.209,2	22.186,6	15,5%	1,45%	1,68%
RESULTADO PRIMÁRIO	-11.705,1	-18.049,9	54,2%	-0,89%	-1,37%
Urbano	6.025,7	2.696,3	-55,25%	0,46%	0,20%
Rural	-17.730,8	-20.746,2	17,0%	-1,34%	-1,57%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 21 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Fev/15	Mar/15	Variação %	Média Jan-Mar		Variação %
				2014	2015	
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.848	27.884	0,1%	27.009	27.853	3,1%
Previdenciários	26.994	27.034	0,1%	26.160	26.999	3,2%
Aposentadorias	18.023	18.055	0,2%	17.419	18.018	3,4%
Idade	9.556	9.574	0,2%	9.205	9.553	3,8%
Invalidez	3.183	3.185	0,0%	3.128	3.182	1,7%
Tempo de contribuição	5.284	5.296	0,2%	5.086	5.283	3,9%
Pensão por morte	7.338	7.345	0,1%	7.176	7.335	2,2%
Auxílio-Doença	1.459	1.454	-0,3%	1.395	1.468	5,2%
Salário - maternidade	75	78	4,1%	80	77	-2,9%
Outros	100	101	1,1%	91	100	10,2%
Acidentários	853	851	-0,3%	849	854	0,6%
Aposentadorias	197	197	0,2%	190	197	3,6%
Pensão por morte	118	118	-0,2%	120	118	-1,7%
Auxílio - doença	166	164	-1,5%	172	167	-2,6%
Auxílio - acidente	314	314	0,0%	305	314	2,7%
Auxílio - suplementar	58	58	-0,5%	61	58	-5,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 1,2 trilhão em março de 2015. Comparativamente ao mês anterior houve diminuição de R\$ 44,5 bilhões, consequência do decréscimo de R\$ 53,4 bilhões na dívida interna líquida e do aumento de R\$ 8,9 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Discriminação	Fev/15	Mar/15	Varição %	Mar/14	Mar/15	Varição %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.118.568,8	1.065.213,0	-4,8%	857.484,9	1.065.213,0	24,2%
Dívida Interna	3.274.428,8	3.418.145,8	4,4%	2.945.168,0	3.418.145,8	16,1%
Haveres Internos	536.713,1	718.136,2	33,8%	599.906,3	718.136,2	19,7%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	115.257,4	124.123,6	7,7%	90.035,7	124.123,6	37,9%
Dívida Externa	116.264,6	124.716,1	7,3%	90.505,9	124.716,1	37,8%
Haveres Externos	1.007,2	592,5	-41,2%	470,1	592,5	26,0%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.233.826,2	1.189.336,6	-3,6%	947.520,7	1.189.336,6	25,5%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	22,2%	21,3%		18,0%	21,3%	

Fonte: Tesouro Nacional

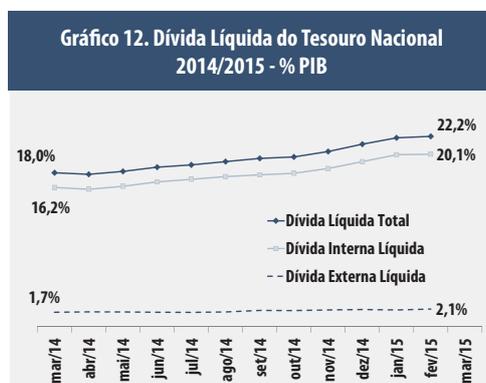
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a março de 2014, a DLTN aumentou R\$ 241,8 bilhões, em decorrência do aumento de R\$ 207,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da elevação de R\$ 34,1 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN aumentou 3,4 p.p. no mesmo período, passando de 18,0% em março de 2014 para 21,3% em março de 2015.

Em março de 2015, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 21,3% do PIB, 0,9 p.p. inferior ao montante registrado em fevereiro.



Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

Tabela 23 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação	Fev/15	Mar/15	Variação %	Mar/14	Mar/15	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	3.274.428,8	3.418.145,8	4,4%	2.945.168,0	3.418.145,8	16,1%
Dívida Mobiliária	3.265.694,9	3.409.489,6	4,4%	2.941.448,3	3.409.489,6	15,9%
DPMFi em Poder do Público ¹	2.213.354,7	2.316.486,5	4,7%	1.990.104,8	2.316.486,5	16,4%
DPMFi em Poder do Banco Central	1.084.796,5	1.124.909,1	3,7%	978.659,8	1.124.909,1	14,9%
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-32.456,3	-31.906,0	-1,7%	-27.316,3	-31.906,0	16,8%
Demais Obrigações Internas	8.733,9	8.656,2	-0,9%	3.719,7	8.656,2	132,7%
II. HAVERES INTERNOS	2.155.860,0	2.352.932,8	9,1%	2.087.683,0	2.352.932,8	12,7%
Disponibilidades Internas	536.713,1	718.136,2	33,8%	599.906,3	718.136,2	19,7%
Haveres junto aos Governos Regionais	541.039,3	542.741,1	0,3%	530.311,5	542.741,1	2,3%
Haveres da Administração Indireta	383.530,8	389.702,7	1,6%	357.272,5	389.702,7	9,1%
Haveres Administrados pela STN	694.576,8	702.352,8	1,1%	600.192,7	702.352,8	17,0%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.118.568,8	1.065.213,0	-4,8%	857.484,9	1.065.213,0	24,2%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL / PIB ³	20,1%	19,1%		16,2%	19,1%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou acréscimo de 2,9 p.p. comparativamente a março do ano anterior.

No mês de março, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 1,1 trilhão, apresentando um decréscimo de R\$ 53,4 bilhões em relação ao mês anterior, consequência do crescimento de R\$ 143,7 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 265,2 bilhões no saldo de haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 19,1% em março de 2015.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos

R\$ Milhões

Tabela 24 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Fev/15	Mar/15	Variação %	Mar/14	Mar/15	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	2.213.354,7	2.316.486,5	4,7%	1.990.104,8	2.316.486,5	16,4%
LFT	456.502,5	457.288,8	0,2%	376.404,6	457.288,8	21,5%
LTN	656.252,0	726.854,4	10,8%	632.616,2	726.854,4	14,9%
NTN-B	734.013,4	756.398,5	3,0%	670.954,2	756.398,5	12,7%
NTN-C	71.546,6	72.849,9	1,8%	70.344,5	72.849,9	3,6%
NTN-F	255.514,0	262.468,3	2,7%	203.890,7	262.468,3	28,7%
Demais ¹	39.526,2	40.626,6	2,8%	35.894,6	40.626,6	13,2%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-32.456,3	-31.906,0	-1,7%	-27.316,3	-31.906,0	16,8%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.084.796,5	1.124.909,1	3,7%	978.659,8	1.124.909,1	14,9%
TOTAL	3.265.694,9	3.409.489,6	4,4%	2.941.448,3	3.409.489,6	15,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

federais, aumentou R\$ 143,2 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 100,2 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R\$ 43,0 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 25 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional ¹ - Brasil - 2014/2015					
Discriminação	Saldo Fev/15	Fatores de Variação ²			Saldo Mar/15
		Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	
EM PODER DO PÚBLICO	2.213.354,7	147.140,9	-73.511,1	29.502,0	2.316.486,5
LFT	456.502,5	66.664,5	-70.464,0	4.585,8	457.288,8
LTN	656.252,0	64.285,3	-43,8	6.360,8	726.854,4
NTN-B	734.013,4	11.238,8	-1.589,4	12.735,8	756.398,5
NTN-C	71.546,6	0,0	-0,2	1.303,5	72.849,9
NTN-F	255.514,0	4.496,8	-12,4	2.469,8	262.468,3
Demais ⁵	39.526,2	455,5	-1.401,4	2.046,3	40.626,6
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.084.796,5	45.918,5	-19.345,9	13.540,0	1.124.909,1
TOTAL	3.298.151,2	193.059,4	-92.857,0	43.042,0	3.441.395,7

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.
3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A carteira de títulos em poder do público cresceu R\$ 103,1 bilhões em relação ao mês anterior. Houve emissão líquida de R\$ 73,6 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 29,5 bilhões. O estoque da carteira de títulos do Banco Central aumentou R\$ 40,1 bilhões, devido às emissões líquidas de R\$ 26,6 bilhões, e à apropriação de juros de R\$ 13,5 bilhões no mês de março de 2015.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram acréscimo de R\$ 197,1 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o aumento de R\$ 181,4 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de março do exercício de 2014, houve aumento de R\$ 265,2 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo, do acréscimo de R\$ 102,2 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, que teve como destaque os haveres de legislação específica. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a março de 2014, foram os acréscimos de R\$ 32,4 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 118,2 bilhões nas disponibilidades internas.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 207,7 bilhões, passando de R\$ 857,5 bilhões, em março de 2014, para R\$ 1,1 trilhão em março de 2015. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 473,0 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que superou o aumento de R\$ 265,2 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve crescimento, passando de 16,2% para 19,1%.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 43,0 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 100,2 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 26 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Fev/15	Mar/15	Variação %	Mar/14	Mar/15	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	536.713,1	718.136,2	33,8%	599.906,3	718.136,2	19,7%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	541.039,3	542.741,1	0,3%	530.311,5	542.741,1	2,3%
Lei 9.496/97	426.458,8	427.288,2	0,2%	417.535,6	427.288,2	2,3%
MP 2.185/01	76.364,2	76.653,1	0,4%	72.354,5	76.653,1	5,9%
Lei 8.727/93	12.663,3	12.603,9	-0,5%	14.116,3	12.603,9	-10,7%
Antecipação de Royalties	4.247,3	4.247,5	0,0%	5.291,9	4.247,5	-19,7%
Bônus Renegociados	5.700,9	6.349,3	11,4%	5.033,6	6.349,3	26,1%
Demais Haveres	15.604,7	15.599,1	0,0%	15.979,5	15.599,1	-2,4%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	383.530,8	389.702,7	1,6%	357.272,5	389.702,7	9,1%
FAT	196.377,2	199.557,7	1,6%	198.449,2	199.557,7	0,6%
Fundos Regionais	95.012,1	95.707,3	0,7%	85.779,8	95.707,3	11,6%
Demais	92.141,6	94.437,7	2,5%	73.043,5	94.437,7	29,3%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	694.576,8	702.352,8	1,1%	600.192,7	702.352,8	17,0%
TOTAL	2.155.860,0	2.352.932,8	9,1%	2.087.683,0	2.352.932,8	12,7%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Externa Líquida

R\$ Milhões

Discriminação	Fev/15		Variação %	Mar/15		Variação %
	Fev/15	Mar/15		Mar/14	Mar/15	
I. DÍVIDA EXTERNA	116.264,6	124.716,1	7,3%	90.505,9	124.716,1	37,8%
Dívida Mobiliária	105.773,3	113.239,8	7,1%	80.655,9	113.239,8	40,4%
Euro	4.373,2	4.687,6	7,2%	2.621,7	4.687,6	78,8%
Global US\$	88.002,1	95.039,4	8,0%	64.518,4	95.039,4	47,3%
Global BRL	13.398,0	13.512,8	0,9%	13.515,7	13.512,8	0,0%
Demais	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	10.491,3	11.476,3	9,4%	9.850,0	11.476,3	16,5%
Organismos Internacionais	3.826,9	4.282,8	11,9%	2.937,2	4.282,8	45,8%
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.664,4	7.193,5	7,9%	6.912,8	7.193,5	4,1%
II. HAVERES EXTERNOS	1.007,2	592,5	-41,2%	470,1	592,5	26,0%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	1.007,2	592,5	-41,2%	470,1	592,5	26,0%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	115.257,4	124.123,6	7,7%	90.035,7	124.123,6	37,9%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,1%	2,2%		1,7%	2,2%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em março, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 124,1 bilhões, contra R\$ 115,3 bilhões em fevereiro. Houve aumento de R\$ 8,9 bilhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial de R\$ 11,3 bilhões, do resgate líquido de R\$ 3,4 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 554,2 milhões.

R\$ Milhões

Discriminação	Saldo Fev/15	Fatores de Variação ²				Saldo Mar/15
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA³	105.773,3	0,0	-3.393,5	480,8	10.379,3	113.239,8
Global US\$	88.002,1	0,0	-3.393,5	347,0	10.083,8	95.039,4
Euro	4.373,2	0,0	0,0	18,9	295,5	4.687,6
Global BRL	13.398,0	0,0	0,0	114,8	0,0	13.512,8
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONTRATUAL	10.491,3	9,6	-55,8	73,4	957,9	11.476,3
Org: Internacionais	3.826,9	8,6	-3,7	10,9	440,1	4.282,8
Bancos Privados/Agências Governamentais	6.664,4	1,0	-52,1	62,4	517,8	7.193,5
TOTAL	116.264,6	9,6	-3.449,4	554,2	11.337,2	124.716,1

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, a elevação da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 34,1 bilhões, passando de R\$ 90,0 bilhões, em março de 2014, para R\$ 124,1 bilhões, em março de 2015. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 90,8% (R\$ 113,2 bilhões) e a dívida contratual representa 9,2% (R\$ 11,5 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou 0,5 p.p. no mesmo período, passando de 1,7% em março de 2014 para 2,2% em março de 2015.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CEF - Caixa Econômica Federal

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2014		2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14	
1. RECEITA TOTAL	93.831,2	91.820,4	97.414,2	6,1%	3,8%	
<i>Receitas do Tesouro Nacional</i>	68.597,4	64.548,5	70.155,0	8,7%	2,3%	
Receita Bruta	69.044,4	65.751,8	71.091,6	8,1%	3,0%	
Impostos	30.962,4	31.277,0	35.453,9	13,4%	14,5%	
Contribuições	25.925,7	27.655,5	26.962,3	-2,5%	4,0%	
Demais ^{2/}	12.156,3	6.819,3	8.675,4	27,2%	-28,6%	
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-	
(-) Restituições	-447,0	-1.203,4	-936,5	-22,2%	109,5%	
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-	
<i>Receitas da Previdência Social</i>	25.029,3	26.989,6	27.037,9	0,2%	8,0%	
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	24.474,7	26.527,4	26.551,8	0,1%	8,5%	
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	554,6	462,2	486,1	5,2%	-12,3%	
<i>Receitas do Banco Central</i>	204,4	282,4	221,3	-21,6%	8,2%	
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.841,7	21.735,4	14.818,3	-31,8%	7,1%	
<i>Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)</i>	10.248,2	16.594,5	12.177,8	-26,6%	18,8%	
<i>Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{4/}</i>	0,0	0,0	0,0	-	-	
<i>Transferências da Cide - Combustíveis</i>	0,0	5,6	0,0	-100,0%	-	
<i>Demais Transferências</i>	3.593,5	5.135,3	2.640,5	-48,6%	-26,5%	
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	79.989,4	70.085,0	82.595,9	17,9%	3,3%	
4. DESPESA TOTAL	76.788,7	77.514,9	81.132,2	4,7%	5,7%	
<i>Despesas do Tesouro Nacional</i>	46.991,3	44.389,7	47.307,2	6,6%	0,7%	
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	16.319,9	17.555,5	17.274,9	-1,6%	5,9%	
Custeio e Capital	30.524,1	26.617,3	29.848,8	12,1%	-2,2%	
Despesa do FAT	3.148,7	2.509,9	3.580,4	42,7%	13,7%	
Abono e Seguro Desemprego	3.120,3	2.494,7	3.545,3	42,1%	13,6%	
Demais Despesas do FAT	28,4	15,2	35,0	130,0%	23,6%	
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	546,5	1.003,1	582,1	-42,0%	6,5%	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	222,5	520,1	118,7	-77,2%	-46,6%	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	324,0	483,0	463,3	-4,1%	43,0%	
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	3.129,8	3.503,6	3.547,8	1,3%	13,4%	
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-	
Auxílio à CDE	1.721,0	0,0	0,0	-	-100,0%	
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.978,1	19.600,7	22.138,6	12,9%	0,7%	
Outras Despesas de Custeio	16.662,1	16.091,7	18.241,3	13,4%	9,5%	
Outras Despesas de Capital ^{7/}	5.316,0	3.509,0	3.897,2	11,1%	-26,7%	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	147,3	216,9	183,4	-15,4%	24,6%	
<i>Benefícios Previdenciários</i>	29.558,9	32.865,0	33.560,9	2,1%	13,5%	
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	22.883,1	25.446,5	25.996,9	2,2%	13,6%	
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	6.675,8	7.418,5	7.563,9	2,0%	13,3%	
<i>Despesas do Banco Central</i>	238,5	260,1	264,2	1,6%	10,8%	
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	-	
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	3.200,7	-7.429,9	1.463,7	-	-54,3%	
<i>Tesouro Nacional</i>	7.764,4	-1.576,7	8.029,6	-	3,4%	
<i>Previdência Social (RGPS) ^{9/}</i>	-4.529,6	-5.875,4	-6.522,9	11,0%	44,0%	
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	1.591,6	1.080,9	554,9	-48,7%	-65,1%	
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-6.121,2	-6.956,3	-7.077,8	1,7%	15,6%	
<i>Banco Central ^{10/}</i>	-34,1	22,2	-42,9	-	26,0%	
7. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	0,0	64,7	445,2	588,1%	-	
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-8.567,5	693,8	n.d.	-	-	
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) ^{12/}	690.938,5	-6.671,4	n.d.	-	-	
10. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-9.290,6	-48.821,5	n.d.	-	-	
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) ^{12/}	-6.129,1	-55.492,9	n.d.	-	-	
<i>Memo:</i>						
<i>Parcela patronal da CPSS ^{2/}</i>	1.203,8	1.223,2	1.404,7	14,8%	16,7%	
<i>RMV ^{6/}</i>	142,8	125,2	139,2	11,2%	-2,5%	

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Março de 2015



Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
1. RECEITA TOTAL	101.458,3	93.032,4	97.414,2	4,7%	-4,0%
<i>Receitas do Tesouro Nacional</i>	74.173,5	65.400,5	70.155,0	7,3%	-5,4%
Receita Bruta	74.656,8	66.619,8	71.091,6	6,7%	-4,8%
Impostos	33.479,2	31.689,9	35.453,9	11,9%	5,9%
Contribuições	28.033,1	28.020,6	26.962,3	-3,8%	-3,8%
Demais ^{2/}	13.144,5	6.909,3	8.675,4	25,6%	-34,0%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-483,3	-1.219,3	-936,5	-23,2%	93,8%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Receitas da Previdência Social</i>	27.063,8	27.345,9	27.037,9	-1,1%	-0,1%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	26.464,1	26.877,6	26.551,8	-1,2%	0,3%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	599,7	468,3	486,1	3,8%	-18,9%
<i>Receitas do Banco Central</i>	221,0	286,1	221,3	-22,7%	0,1%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.966,9	22.022,3	14.818,3	-32,7%	-1,0%
<i>Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)</i>	11.081,3	16.813,5	12.177,8	-27,6%	9,9%
<i>Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{4/}</i>	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Transferências da Cide - Combustíveis</i>	0,0	5,7	0,0	-100,0%	-
<i>Demais Transferências</i>	3.885,6	5.203,1	2.640,5	-49,3%	-32,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	86.491,5	71.010,1	82.595,9	16,3%	-4,5%
4. DESPESA TOTAL	83.030,5	78.538,1	81.132,2	3,3%	-2,3%
<i>Despesas do Tesouro Nacional</i>	50.811,0	44.975,7	47.307,2	5,2%	-6,9%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	17.646,5	17.787,2	17.274,9	-2,9%	-2,1%
Custeio e Capital	33.005,3	26.968,7	29.848,8	10,7%	-9,6%
Despesa do FAT	3.404,7	2.543,0	3.580,4	40,8%	5,2%
Abono e Seguro Desemprego	3.374,0	2.527,6	3.545,3	40,3%	5,1%
Demais Despesas do FAT	30,7	15,4	35,0	127,0%	14,3%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	590,9	1.016,4	582,1	-42,7%	-1,5%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	240,6	526,9	118,7	-77,5%	-50,6%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	350,4	489,4	463,3	-5,3%	32,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	3.384,2	3.549,9	3.547,8	-0,1%	4,8%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	1.860,9	0,0	0,0	-	-100,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	23.764,6	19.859,4	22.138,6	11,5%	-6,8%
Outras Despesas de Custeio	18.016,5	16.304,1	18.241,3	11,9%	1,2%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	5.748,1	3.555,3	3.897,2	9,6%	-32,2%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	159,2	219,8	183,4	-16,5%	15,2%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	31.961,6	33.298,8	33.560,9	0,8%	5,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	24.743,2	25.782,4	25.996,9	0,8%	5,1%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	7.218,5	7.516,4	7.563,9	0,6%	4,8%
<i>Despesas do Banco Central</i>	257,9	263,6	264,2	0,2%	2,4%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	3.460,9	-7.527,9	1.463,7	-	-57,7%
<i>Tesouro Nacional</i>	8.395,6	-1.597,5	8.029,6	-	-4,4%
<i>Previdência Social (RGPS) ^{9/}</i>	-4.897,8	-5.953,0	-6.522,9	9,6%	33,2%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	1.721,0	1.095,2	554,9	-49,3%	-67,8%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-6.618,8	-7.048,1	-7.077,8	0,4%	6,9%
<i>Banco Central ^{10/}</i>	-36,9	22,5	-42,9	-	16,5%
7. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	0,0	65,5	445,2	579,2%	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-9.263,9	702,9	n.d.	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) ^{12/}	747.102,3	-6.759,5	n.d.	-	-
10. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-10.045,8	-49.465,9	n.d.	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) ^{12/}	-6.627,3	-56.225,4	n.d.	-	-
<i>Memo:</i>					
<i>Parcela patronal da CPSS ^{2/}</i>	1.203,8	1.239,4	1.404,7	13,3%	16,7%
<i>RMV ^{6/}</i>	142,8	126,8	139,2	9,7%	-2,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Discriminação	2014	2015	Varição (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/15 Jan-Mar/14
1. RECEITA TOTAL	305.938,5	314.659,7	2,9%
Receitas do Tesouro Nacional	230.319,0	234.104,6	1,6%
Receita Bruta	232.034,7	238.100,7	2,6%
Impostos	108.769,8	117.895,0	8,4%
Contribuições	89.109,1	92.886,4	4,2%
Demais ^{2/}	34.155,8	27.319,3	-20,0%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-1.714,1	-3.996,0	133,1%
(-) Incentivos Fiscais	-1,6	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	74.877,5	79.943,7	6,8%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	73.399,1	78.503,3	7,0%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	1.478,4	1.440,4	-2,6%
Receitas do Banco Central	741,9	611,4	-17,6%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	57.608,0	59.043,0	2,5%
Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)	43.346,7	45.281,7	4,5%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{4/}	2.275,0	0,0	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	116,1	7,8	-93,2%
Demais Transferências	11.870,3	13.753,5	15,9%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	248.330,5	255.616,7	2,9%
4. DESPESA TOTAL	235.210,0	251.131,6	6,8%
Despesas do Tesouro Nacional	147.914,6	152.365,3	3,0%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	51.986,2	54.896,2	5,6%
Custeio e Capital	95.321,3	97.006,9	1,8%
Despesa do FAT	10.283,7	10.863,3	5,6%
Abono e Seguro Desemprego	10.173,7	10.796,5	6,1%
Demais Despesas do FAT	110,1	66,9	-39,3%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	1.970,8	2.670,7	35,5%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	880,2	1.296,6	47,3%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.090,7	1.374,2	26,0%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	8.948,2	10.487,4	17,2%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	2.772,8	1.250,0	-54,9%
Outras Despesas de Custeio e Capital	71.345,6	71.735,4	0,5%
Outras Despesas de Custeio	50.902,8	56.642,2	11,3%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	20.442,8	15.093,3	-26,2%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	607,2	462,2	-23,9%
Benefícios Previdenciários	86.582,6	97.993,6	13,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	67.373,4	75.807,1	12,5%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	19.209,2	22.186,6	15,5%
Despesas do Banco Central	712,8	772,6	8,4%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	13.120,5	4.485,1	-65,8%
Tesouro Nacional	24.796,4	22.696,3	-8,5%
Previdência Social (RGPS) ^{9/}	-11.705,1	-18.049,9	54,2%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	6.025,7	2.696,3	-55,3%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-17.730,8	-20.746,2	17,0%
Banco Central ^{10/}	29,2	-161,3	-
7. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	0,0	728,2	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-864,3	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) ^{12/}	13.322,7	nd	-
10. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-42.871,8	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) ^{12/}	-29.549,2	nd	-
Memo:			
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	3.789,2	4.156,6	9,7%
RMV ^{6/}	409,2	400,4	-2,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças j

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Discriminação	2014	2015	Varição (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/15 Jan-Mar/14
1. RECEITA TOTAL	333.858,7	319.077,7	-4,4%
Receitas do Tesouro Nacional	251.404,1	237.497,4	-5,5%
Receita Bruta	253.275,0	241.556,8	-4,6%
Impostos	118.764,4	119.615,6	0,7%
Contribuições	97.264,5	94.229,6	-3,1%
Demais ^{2/}	37.246,1	27.711,6	-25,6%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-1.869,1	-4.059,4	117,2%
(-) Incentivos Fiscais	-1,8	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	81.644,6	80.962,4	-0,8%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	80.033,4	79.503,4	-0,7%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	1.611,2	1.459,1	-9,4%
Receitas do Banco Central	810,0	617,9	-23,7%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	62.891,7	59.904,8	-4,7%
Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)	47.320,3	45.922,7	-3,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{4/}	2.498,5	0,0	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	127,5	8,0	-93,7%
Demais Transferências	12.945,5	13.974,1	7,9%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	270.967,0	259.172,9	-4,4%
4. DESPESA TOTAL	256.583,2	254.518,8	-0,8%
Despesas do Tesouro Nacional	161.398,9	154.502,0	-4,3%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	56.711,3	55.640,8	-1,9%
Custeio e Capital	104.024,3	98.394,5	-5,4%
Despesa do FAT	11.233,3	11.018,5	-1,9%
Abono e Seguro Desemprego	11.113,1	10.951,0	-1,5%
Demais Despesas do FAT	120,2	67,5	-43,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	2.154,3	2.711,7	25,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	964,4	1.320,2	36,9%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.189,9	1.391,5	16,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	9.756,8	10.621,5	8,9%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	3.013,9	1.282,0	-57,5%
Outras Despesas de Custeio e Capital	77.866,1	72.760,9	-6,6%
Outras Despesas de Custeio	55.527,4	57.424,8	3,4%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	22.338,7	15.336,1	-31,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	663,3	466,7	-29,6%
Benefícios Previdenciários	94.407,1	99.234,4	5,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	73.462,0	76.765,7	4,5%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	20.945,1	22.468,7	7,3%
Despesas do Banco Central	777,2	782,4	0,7%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	14.383,9	4.654,1	-67,6%
Tesouro Nacional	27.113,5	23.090,6	-14,8%
Previdência Social (RGPS) ^{9/}	-12.762,5	-18.271,9	43,2%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	6.571,4	2.737,7	-58,3%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-19.333,9	-21.009,6	8,7%
Banco Central ^{10/}	32,8	-164,6	-
7. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	0,0	734,6	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-864,3	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) ^{12/}	13.322,7	nd	-
10. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-42.871,8	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) ^{12/}	-29.549,2	nd	-
Memo:			
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	3.789,2	4.156,6	9,7%
RMV ^{6/}	409,2	400,4	-2,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças j

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014		2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
1. RECEITA TOTAL	93.831,2	91.820,4	97.414,2		6,1%	3,8%
Receitas do Tesouro Nacional	68.597,4	64.548,5	70.155,0		8,7%	2,3%
Receita Bruta	69.044,4	65.751,8	71.091,6		8,1%	3,0%
<i>Impostos</i>	30.962,4	31.277,0	35.453,9		13,4%	14,5%
IR	21.896,3	21.959,6	24.936,0		13,6%	13,9%
IR - Pessoa Física	1.257,9	1.000,6	1.220,1		21,9%	-3,0%
IR - Pessoa Jurídica	8.817,1	9.706,8	9.521,2		-1,9%	8,0%
IR - Retido na Fonte	11.821,3	11.252,1	14.194,7		26,2%	20,1%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.531,1	6.811,1	8.119,0		19,2%	7,8%
IRRF - Rendimentos do Capital	2.183,0	2.507,6	3.492,1		39,3%	60,0%
IRRF - Remessas ao Exterior	1.346,0	1.207,3	1.904,5		57,7%	41,5%
IRRF - Outros Rendimentos	761,2	726,2	679,1		-6,5%	-10,8%
IPI	3.784,4	3.487,4	3.863,1		10,8%	2,1%
IPI - Fumo	200,6	151,7	130,0		-14,3%	-35,2%
IPI - Bebidas	318,9	274,1	242,0		-11,7%	-24,1%
IPI - Automóveis	359,2	306,5	400,0		30,5%	11,4%
IPI - Vinculado a importação	1.217,4	1.229,2	1.572,4		27,9%	29,2%
IPI - Outros	1.688,3	1.525,9	1.518,7		-0,5%	-10,0%
IOF	2.202,8	2.851,9	2.715,2		-4,8%	23,3%
Imposto de Importação	3.058,3	2.964,7	3.907,2		31,8%	27,8%
Outros	20,6	13,5	32,4		140,1%	57,3%
<i>Contribuições</i>	25.925,7	27.655,5	26.962,3		-2,5%	4,0%
COFINS	15.243,9	15.921,2	15.313,0		-3,8%	0,5%
CPMF	0,1	0,0	0,0		-12,2%	-41,7%
CSLL	4.352,9	4.912,1	5.087,1		3,6%	16,9%
CIDE-Combustíveis	0,7	0,5	0,6		25,6%	-18,4%
Pis/Pasep	4.115,1	4.379,3	4.201,3		-4,1%	2,1%
Salário Educação	1.429,0	1.532,3	1.505,9		-1,7%	5,4%
Outras ^{2/}	784,1	910,2	854,4		-6,1%	9,0%
<i>Demais</i>	<i>12.156,3</i>	<i>6.819,3</i>	<i>8.675,4</i>		<i>27,2%</i>	<i>-28,6%</i>
CPSS ^{3/}	1.027,0	1.085,6	1.136,9		4,7%	10,7%
Cota parte de compensações financeiras	1.846,8	1.194,4	1.331,8		11,5%	
Diretamente arrecadadas	5.658,3	3.221,3	3.394,9		5,4%	-40,0%
Concessões	10,5	58,0	68,2		17,6%	550,6%
Dividendos	2.998,5	132,9	1.755,4		-	-41,5%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0		-	-
Outras	615,3	1.127,1	988,3		-12,3%	60,6%
(-) Restituições	-447,0	-1.203,4	-936,5		-22,2%	109,5%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0		-	-
Receitas da Previdência Social	25.029,3	26.989,6	27.037,9		0,2%	8,0%
Urbana	24.474,7	26.527,4	26.551,8		0,1%	8,5%
Rural	554,6	462,2	486,1		5,2%	-12,3%
Receitas do Banco Central	204,4	282,4	221,3		-21,6%	8,2%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL ^{4/}	13.841,7	21.735,4	14.818,3		-31,8%	7,1%
Transferências Constitucionais	10.248,2	16.594,5	12.177,8		-26,6%	18,8%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	0,0	0,0	0,0		-	-
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	5,6	0,0		-100,0%	-
Demais Transferências	3.593,5	5.135,3	2.640,5		-48,6%	-26,5%
Salário Educação	1.466,2	1.567,5	921,2		-41,2%	-37,2%
Royalties	1.420,4	2.751,6	924,3		-66,4%	-34,9%
Fundef/Fundeb	685,8	773,1	773,2		0,0%	12,7%
Outras	21,1	43,2	21,8		-49,5%	3,4%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	79.989,4	70.085,0	82.595,9		17,9%	3,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Março de 2015

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
1. RECEITA TOTAL	101.458,3	93.032,4	97.414,2	4,7%	-4,0%
Receitas do Tesouro Nacional	74.173,5	65.400,5	70.155,0	7,3%	-5,4%
Receita Bruta	74.656,8	66.619,8	71.091,6	6,7%	-4,8%
<i>Impostos</i>	33.479,2	31.689,9	35.453,9	11,9%	5,9%
IR	23.676,1	22.249,4	24.936,0	12,1%	5,3%
IR - Pessoa Física	1.360,2	1.013,8	1.220,1	20,3%	-10,3%
IR - Pessoa Jurídica	9.533,8	9.834,9	9.521,2	-3,2%	-0,1%
IR - Retido na Fonte	12.782,2	11.400,7	14.194,7	24,5%	11,1%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.143,3	6.901,0	8.119,0	17,6%	-0,3%
IRRF - Rendimentos do Capital	2.360,4	2.540,7	3.492,1	37,4%	47,9%
IRRF - Remessas ao Exterior	1.455,5	1.223,2	1.904,5	55,7%	30,9%
IRRF - Outros Rendimentos	823,0	735,8	679,1	-7,7%	-17,5%
IPI	4.092,0	3.533,5	3.863,1	9,3%	-5,6%
IPI - Fumo	216,9	153,7	130,0	-15,4%	-40,1%
IPI - Bebidas	344,8	277,8	242,0	-12,9%	-29,8%
IPI - Automóveis	388,4	310,5	400,0	28,8%	3,0%
IPI - Vinculado a importação	1.316,4	1.245,5	1.572,4	26,3%	19,5%
IPI - Outros	1.825,6	1.546,0	1.518,7	-1,8%	-16,8%
IOF	2.381,9	2.889,5	2.715,2	-6,0%	14,0%
Imposto de Importação	3.306,9	3.003,8	3.907,2	30,1%	18,2%
Outros	22,3	13,7	32,4	136,9%	45,5%
<i>Contribuições</i>	28.033,1	28.020,6	26.962,3	-3,8%	-3,8%
COFINS	16.483,0	16.131,4	15.313,0	-5,1%	-7,1%
CPMF	0,1	0,0	0,0	-13,3%	-46,0%
CSLL	4.706,7	4.976,9	5.087,1	2,2%	8,1%
CIDE-Combustíveis	0,8	0,5	0,6	24,0%	-24,6%
Pis/Pasep	4.449,6	4.437,1	4.201,3	-5,3%	-5,6%
Salário Educação	1.545,2	1.552,5	1.505,9	-3,0%	-2,5%
Outras ^{2/}	847,8	922,2	854,4	-7,4%	0,8%
<i>Demais</i>	13.144,5	6.909,3	8.675,4	25,6%	-34,0%
CPSS ^{3/}	1.110,5	1.100,0	1.136,9	3,4%	2,4%
Cota parte de compensações financeiras	1.996,9	1.210,2	1.331,8	10,0%	
Diretamente arrecadadas	6.118,2	3.263,8	3.394,9	4,0%	-44,5%
Concessões	11,3	58,8	68,2	16,0%	501,7%
Dividendos	3.242,2	134,7	1.755,4	-	-45,9%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	665,3	1.141,9	988,3	-13,5%	48,5%
(-) Restituições	-483,3	-1.219,3	-936,5	-23,2%	93,8%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	27.063,8	27.345,9	27.037,9	-1,1%	-0,1%
Urbana	26.464,1	26.877,6	26.551,8	-1,2%	0,3%
Rural	599,7	468,3	486,1	3,8%	-18,9%
Receitas do Banco Central	221,0	286,1	221,3	-22,7%	0,1%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL ^{4/}	14.966,9	22.022,3	14.818,3	-32,7%	-1,0%
Transferências Constitucionais	11.081,3	16.813,5	12.177,8	-27,6%	9,9%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	5,7	0,0	-100,0%	-
Demais Transferências	3.885,6	5.203,1	2.640,5	-49,3%	-32,0%
Salário Educação	1.585,4	1.588,1	921,2	-42,0%	-41,9%
Royalties	1.535,9	2.787,9	924,3	-66,8%	-39,8%
Fundef/Fundeb	741,6	783,3	773,2	-1,3%	4,3%
Outras	22,8	43,8	21,8	-50,2%	-4,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	86.491,5	71.010,1	82.595,9	16,3%	-4,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Discriminação	2014	2015	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/15 Jan-Mar/14
1. RECEITA TOTAL	305.938,5	314.659,7	2,9%
Receitas do Tesouro Nacional	230.319,0	234.104,6	1,6%
Receita Bruta	232.034,7	238.100,7	2,6%
<i>Impostos</i>	108.769,8	117.895,0	8,4%
IR	79.965,1	86.825,0	8,6%
IR - Pessoa Física	3.702,6	3.497,0	-5,6%
IR - Pessoa Jurídica	37.863,8	39.806,0	5,1%
IR - Retido na Fonte	38.398,7	43.522,0	13,3%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	23.385,6	25.492,9	9,0%
IRRF - Rendimentos do Capital	7.884,9	9.900,9	25,6%
IRRF - Remessas ao Exterior	4.686,1	5.729,5	22,3%
IRRF - Outros Rendimentos	2.442,1	2.398,7	-1,8%
IPI	12.327,0	12.771,4	3,6%
IPI - Fumo	1.648,9	1.833,6	11,2%
IPI - Bebidas	984,3	805,3	-18,2%
IPI - Automóveis	1.004,2	1.055,6	5,1%
IPI - Vinculado a importação	3.742,7	4.193,8	12,1%
IPI - Outros	4.947,0	4.883,1	-1,3%
IOF	6.852,0	8.028,2	17,2%
Imposto de Importação	9.568,9	10.204,2	6,6%
Outros	56,8	66,2	16,5%
<i>Contribuições</i>	89.109,1	92.886,4	4,2%
COFINS	48.153,3	49.333,3	2,5%
CPMF	0,3	0,2	-14,3%
CSLL	19.634,4	21.377,8	8,9%
CIDE-Combustíveis	2,3	1,6	-31,2%
Pis/Pasep	13.142,6	13.503,3	2,7%
Salário Educação	5.248,2	5.650,6	7,7%
Outras ^{2/}	2.928,1	3.019,5	3,1%
<i>Demais</i>	34.155,8	27.319,3	-20,0%
CPSS ^{3/}	3.042,3	3.329,1	9,4%
Cota parte de compensações financeiras	10.148,2	7.252,0	-28,5%
Diretamente arrecadadas	12.590,9	10.853,1	-13,8%
Concessões	765,3	427,9	-44,1%
Dividendos	5.890,6	1.888,3	-67,9%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	1.718,4	3.568,9	107,7%
(-) Restituições	-1.714,1	-3.996,0	133,1%
(-) Incentivos Fiscais	-1,6	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	74.877,5	79.943,7	6,8%
Urbana	73.399,1	78.503,3	7,0%
Rural	1.478,4	1.440,4	-2,6%
Receitas do Banco Central	741,9	611,4	-17,6%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL ^{4/}	57.608,0	59.043,0	2,5%
Transferências Constitucionais	43.346,7	45.281,7	4,5%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	2.275,0	0,0	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	116,1	7,8	-93,2%
Demais Transferências	11.870,3	13.753,5	15,9%
Salário Educação	3.097,8	4.300,6	38,8%
Royalties	5.613,2	4.874,4	-13,2%
Fundef/Fundeb	3.039,5	4.457,5	46,7%
Outras	119,7	121,0	1,1%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	248.330,5	255.616,7	2,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Discriminação	2014	2015	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/15 Jan-Mar/14
1. RECEITA TOTAL	333.858,7	319.077,7	-4,4%
Receitas do Tesouro Nacional	251.404,1	237.497,4	-5,5%
Receita Bruta	253.275,0	241.556,8	-4,6%
<i>Impostos</i>	118.764,4	119.615,6	0,7%
IR	87.342,1	88.135,5	0,9%
IR - Pessoa Física	4.038,0	3.542,9	-12,3%
IR - Pessoa Jurídica	41.398,4	40.460,1	-2,3%
IR - Retido na Fonte	41.905,8	44.132,5	5,3%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	25.516,4	25.852,8	1,3%
IRRF - Rendimentos do Capital	8.608,0	10.033,8	16,6%
IRRF - Remessas ao Exterior	5.116,8	5.812,4	13,6%
IRRF - Outros Rendimentos	2.664,5	2.433,6	-8,7%
IPI	13.451,5	12.956,0	-3,7%
IPI - Fumo	1.807,1	1.875,3	3,8%
IPI - Bebidas	1.073,6	816,4	-24,0%
IPI - Automóveis	1.094,8	1.068,5	-2,4%
IPI - Vinculado a importação	4.082,1	4.245,6	4,0%
IPI - Outros	5.393,8	4.950,2	-8,2%
IOF	7.471,6	8.128,8	8,8%
Imposto de Importação	10.437,3	10.328,5	-1,0%
Outros	61,9	66,9	7,9%
<i>Contribuições</i>	97.264,5	94.229,6	-3,1%
COFINS	52.527,2	50.006,1	-4,8%
CPMF	0,3	0,3	-20,0%
CSLL	21.470,3	21.733,5	1,2%
CIDE-Combustíveis	2,5	1,6	-36,1%
Pis/Pasep	14.337,0	13.686,9	-4,5%
Salário Educação	5.731,2	5.737,6	0,1%
Outras ^{2/}	3.196,0	3.063,6	-4,1%
<i>Demais</i>	37.246,1	27.711,6	-25,6%
CPSS ^{3/}	3.317,4	3.371,8	1,6%
Cota parte de compensações financeiras	11.103,5	7.388,6	-33,5%
Diretamente arrecadadas	13.712,8	11.003,9	-19,8%
Concessões	840,6	436,4	-48,1%
Dividendos	6.398,2	1.890,0	-70,5%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	1.873,6	3.620,9	93,3%
(-) Restituições	-1.869,1	-4.059,4	117,2%
(-) Incentivos Fiscais	-1,8	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	81.644,6	80.962,4	-0,8%
Urbana	80.033,4	79.503,4	-0,7%
Rural	1.611,2	1.459,1	-9,4%
Receitas do Banco Central	810,0	617,9	-23,7%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL ^{4/}	62.891,7	59.904,8	-4,7%
Transferências Constitucionais	47.320,3	45.922,7	-3,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	2.498,5	0,0	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	127,5	8,0	-93,7%
Demais Transferências	12.945,5	13.974,1	7,9%
Salário Educação	3.378,2	4.367,6	29,3%
Royalties	6.121,3	4.941,4	-19,3%
Fundef/Fundeb	3.315,2	4.542,1	37,0%
Outras	130,9	123,0	-6,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	270.967,0	259.172,9	-4,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
DIVIDENDOS	2.998,5	132,9	1.755,4	-	-41,5%
Banco do Brasil	457,4	132,9	548,0	312,2%	19,8%
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	1.898,2	0,0	0,0	-	-100,0%
Caixa	642,0	0,0	1.072,8	-	67,1%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	0,0	88,5	-	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	1,0	0,0	46,1	-	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Março de 2015



Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
DIVIDENDOS	3.242,2	134,7	1.755,4	-	-45,9%
Banco do Brasil	494,6	134,7	548,0	306,9%	10,8%
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	2.052,5	0,0	0,0	-	-100,0%
Caixa	694,2	0,0	1.072,8	-	54,5%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	0,0	88,5	-	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	1,0	0,0	46,1	-	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2014	2015	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/15 Jan-Mar/14
DIVIDENDOS	5.890,6	1.888,3	-67,9%
Banco do Brasil	649,5	680,9	4,8%
BNB	0,0	0,0	-
BNDES	3.898,2	0,0	-100,0%
Caixa	1.342,0	1.072,8	-20,1%
Correios	0,0	0,0	-
Eletronbras	0,0	0,0	-
IRB	0,0	88,5	-
Petrobras	0,0	0,0	-
Demais	1,0	46,1	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços de Março de 2015



Discriminação	2014	2015	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/15 Jan-Mar/14
DIVIDENDOS	6.398,2	1.890,0	-70,5%
Banco do Brasil	704,2	682,6	-3,1%
BNB	0,0	0,0	-
BNDES	4.234,9	0,0	-100,0%
Caixa	1.458,0	1.072,8	-26,4%
Correios	0,0	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	-
IRB	0,0	88,5	-
Petrobras	0,0	0,0	-
Demais	1,1	46,1	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
DESPESA TOTAL	76.788,7	77.514,9	81.132,2	4,7%	5,7%
Despesas do Tesouro	46.991,3	44.389,7	47.307,2	6,6%	0,7%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	16.319,9	17.555,5	17.274,9	-1,6%	5,9%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>101,0</i>	<i>81,4</i>	<i>124,5</i>	<i>52,8%</i>	<i>23,2%</i>
Custeio e Capital	30.524,1	26.617,3	29.848,8	12,1%	-2,2%
<i>Despesa do FAT</i>	<i>3.148,7</i>	<i>2.509,9</i>	<i>3.580,4</i>	<i>42,7%</i>	<i>13,7%</i>
Abono e Seguro Desemprego	3.120,3	2.494,7	3.545,3	42,1%	13,6%
Demais Despesas do FAT	28,4	15,2	35,0	130,0%	23,6%
<i>Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}</i>	<i>546,5</i>	<i>1.003,1</i>	<i>582,1</i>	<i>-42,0%</i>	<i>6,5%</i>
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	222,5	520,1	118,7	-77,2%	-46,6%
Equalização de custeio agropecuário	63,5	81,4	21,7	-73,3%	-65,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	5,3	13,2	3,1	-76,2%	-40,9%
Política de preços agrícolas	22,9	38,1	-117,1	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-2,2	18,1	-143,7	-	-
Garantia à Sustentação de Preços	25,0	20,0	26,5	32,6%	6,1%
Pronaf	56,4	126,8	14,0	-89,0%	-75,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	3,8	127,1	14,4	-88,7%	281,0%
Concessão de Financiamento ^{6/}	52,6	-0,4	-0,5	23,3%	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	-
Proex	63,9	100,4	-1,2	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	41,8	60,2	52,1	-13,5%	24,7%
Concessão de Financiamento ^{6/}	22,1	40,2	-53,3	-	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Álcool	0,0	24,7	0,0	-100,0%	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-5,6	0,4	-6,7	-	21,2%
Funcafé	7,5	14,4	4,0	-72,1%	-46,5%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	12,6	71,0	463,2%	-
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	129,9	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,8	2,9	0,0	-100,0%	-100,0%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	100,0	0,0	-100,0%	-
Subvenções Econômicas	7,7	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	5,2	0,0	-100,0%	-
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas de Recuperação de Subvenções 12/	0,0	-0,1	0,0	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	324,0	483,0	463,3	-4,1%	43,0%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{9/}	3.129,8	3.503,6	3.547,8	1,3%	13,4%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios ^{10/}</i>	<i>42,4</i>	<i>46,4</i>	<i>60,6</i>	<i>30,4%</i>	<i>43,0%</i>
<i>Capitalização da Petrobras</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Auxílio à CDE</i>	<i>1.721,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>	<i>-100,0%</i>
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.978,1	19.600,7	22.138,6	12,9%	0,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios	41,3	69,4	82,4	18,7%	99,3%
Legislativo	138,2	118,9	163,9	37,8%	18,6%
Judiciário	630,7	676,2	899,3	33,0%	42,6%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	503,4	87,0	411,5	373,1%	-18,3%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.389,5	2.729,9	2.961,4	8,5%	-32,5%
Fundo Constitucional DF	75,4	604,4	655,0	8,4%	768,7%
Outras Obrigatórias ^{10/}	52,0	661,9	1.041,5	57,4%	-
Discricionárias	15.145,0	13.008,3	14.198,1	9,1%	-6,3%
Compensação RGPS ^{11/}	1.002,6	1.644,6	1.725,3	4,9%	72,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	147,3	216,9	183,4	-15,4%	24,6%
Benefícios Previdenciários	29.558,9	32.865,0	33.560,9	2,1%	13,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	22.883,1	25.446,5	25.996,9	2,2%	13,6%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>266,6</i>	<i>200,3</i>	<i>297,9</i>	<i>48,7%</i>	<i>11,7%</i>
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	6.675,8	7.418,5	7.563,9	2,0%	13,3%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>78,4</i>	<i>58,8</i>	<i>87,1</i>	<i>48,3%</i>	<i>11,2%</i>
Despesas do Banco Central	238,51	260,13	264,20	1,6%	10,8%
Memo:	0,00	0,00	0,00	-	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.203,8	1.294,5	1.404,7	8,5%	16,7%
RMV ^{8/}	142,8	139,6	139,2	-0,3%	-2,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos re

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
DESPESA TOTAL	83.030,5	78.538,1	81.132,2	3,3%	-2,3%
Despesas do Tesouro	50.811,0	44.975,7	47.307,2	5,2%	-6,9%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	17.646,5	17.787,2	17.274,9	-2,9%	-2,1%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>109,3</i>	<i>82,5</i>	<i>124,5</i>	<i>50,8%</i>	<i>13,9%</i>
Custeio e Capital	33.005,3	26.968,7	29.848,8	10,7%	-9,6%
<i>Despesa do FAT</i>	<i>3.404,7</i>	<i>2.543,0</i>	<i>3.580,4</i>	<i>40,8%</i>	<i>5,2%</i>
Abono e Seguro Desemprego	3.374,0	2.527,6	3.545,3	40,3%	5,1%
Demais Despesas do FAT	30,7	15,4	35,0	127,0%	14,3%
<i>Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}</i>	<i>590,9</i>	<i>1.016,4</i>	<i>582,1</i>	<i>-42,7%</i>	<i>-1,5%</i>
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	240,6	526,9	118,7	-77,5%	-50,6%
Equalização de custeio agropecuário	68,6	82,5	21,7	-73,7%	-68,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	5,8	13,4	3,1	-76,5%	-45,3%
Política de preços agrícolas	24,8	38,6	-117,1	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-2,4	18,3	-143,7	-	-
Garantia à Sustentação de Preços	27,0	20,3	26,5	30,9%	-1,9%
Pronaf	60,9	128,4	14,0	-89,1%	-77,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4,1	128,8	14,4	-88,8%	252,4%
Concessão de Financiamento ^{6/}	56,8	-0,4	-0,5	21,7%	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	-
Proex	69,1	101,7	-1,2	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	45,2	61,0	52,1	-14,6%	15,3%
Concessão de Financiamento ^{6/}	23,9	40,7	-53,3	-	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Álcool	0,0	25,1	0,0	-100,0%	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-6,0	0,4	-6,7	-	12,1%
Funcafé	8,1	14,6	4,0	-72,5%	-50,5%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	12,8	71,0	455,8%	-
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	129,9	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,9	2,9	0,0	-100,0%	-100,0%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	101,3	0,0	-100,0%	-
Subvenções Econômicas	8,3	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	5,2	0,0	-100,0%	-
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas de Recuperação de Subvenções 12/	0,0	-0,1	0,0	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	350,4	489,4	463,3	-5,3%	32,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{9/}	3.384,2	3.549,9	3.547,8	-0,1%	4,8%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios ^{10/}</i>	<i>45,8</i>	<i>47,1</i>	<i>60,6</i>	<i>28,7%</i>	<i>32,2%</i>
<i>Capitalização da Petrobras</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Auxílio à CDE</i>	<i>1.860,9</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>	<i>-100,0%</i>
Outras Despesas de Custeio e Capital	23.764,6	19.859,4	22.138,6	11,5%	-6,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios	44,7	70,3	82,4	17,2%	84,4%
Legislativo	149,4	120,5	163,9	36,1%	9,7%
Judiciário	682,0	685,1	899,3	31,3%	31,9%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	544,4	88,1	411,5	366,9%	-24,4%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.746,3	2.766,0	2.961,4	7,1%	-37,6%
Fundo Constitucional DF	81,5	612,4	655,0	7,0%	703,4%
Outras Obrigatórias ^{10/}	56,2	670,6	1.041,5	55,3%	-
Discricionárias	16.376,1	13.180,0	14.198,1	7,7%	-13,3%
Compensação RGPS ^{11/}	1.084,1	1.666,3	1.725,3	3,5%	59,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	159,2	219,8	183,4	-16,5%	15,2%
Benefícios Previdenciários	31.961,6	33.298,8	33.560,9	0,8%	5,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	24.743,2	25.782,4	25.996,9	0,8%	5,1%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>288,3</i>	<i>203,0</i>	<i>297,9</i>	<i>46,8%</i>	<i>3,3%</i>
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	7.218,5	7.516,4	7.563,9	0,6%	4,8%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>84,7</i>	<i>59,5</i>	<i>87,1</i>	<i>46,3%</i>	<i>2,8%</i>
Despesas do Banco Central	257,89	263,56	264,20	0,2%	2,4%
Memo:	0,00	0,00	0,00	-	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.301,6	1.311,5	1.404,7	7,1%	7,9%
RMV ^{8/}	154,4	141,5	139,2	-1,6%	-9,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Discriminação	2014	2015	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/15 Jan-Mar/14
DESPESA TOTAL	235.210,0	251.131,6	6,8%
Despesas do Tesouro	147.914,6	152.365,3	3,0%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	51.986,2	54.896,2	5,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	588,9	445,6	-24,3%
Custeio e Capital	95.321,3	97.006,9	1,8%
Despesa do FAT	10.283,7	10.863,3	5,6%
Abono e Seguro Desemprego	10.173,7	10.796,5	6,1%
Demais Despesas do FAT	110,1	66,9	-39,3%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	1.970,8	2.670,7	35,5%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	880,2	1.296,6	47,3%
Equalização de custeio agropecuário	83,3	104,1	25,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	7,3	16,3	123,3%
Política de preços agrícolas	210,5	-79,0	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,0	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	170,2	-125,5	-
Garantia à Sustentação de Preços	40,0	46,5	16,3%
Pronaf	85,4	139,8	63,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	24,2	141,8	485,7%
Concessão de Financiamento ^{6/}	61,1	-2,0	-
Aquisição	0,0	0,0	-
Proex	64,5	101,5	57,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	164,4	161,4	-1,8%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-99,9	-59,9	-40,0%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	272,9	221,6	-18,8%
Álcool	0,0	24,7	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-20,2	-17,1	-15,4%
Funcafé	32,9	21,9	-33,2%
Revitaliza	0,0	1,2	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	16,0	161,7	911,9%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	12,5	392,3	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,8	2,9	243,3%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	50,1	200,0	299,5%
Subvenções Econômicas	64,3	0,0	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	5,2	-
Sudene	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-0,6	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.090,7	1.374,2	26,0%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{9/}	8.948,2	10.487,4	17,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	190,7	228,9	20,0%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	2.772,8	1.250,0	-54,9%
Outras Despesas de Custeio e Capital	71.345,6	71.735,4	0,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	111,5	423,2	279,7%
Legislativo	413,4	413,5	0,0%
Judiciário	1.799,7	2.143,1	19,1%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	1.507,6	691,4	-54,1%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	15.455,1	10.429,9	-32,5%
Fundo Constitucional DF	270,8	1.993,7	636,3%
Outras Obrigatórias ^{10/}	343,9	2.307,9	571,2%
Discionárias	48.488,3	48.287,7	-0,4%
Compensação RGPS ^{11/}	2.955,4	5.045,0	70,7%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	607,2	462,2	-23,9%
Benefícios Previdenciários	86.582,6	97.993,6	13,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	67.373,4	75.807,1	12,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.268,2	1.068,2	-15,8%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	19.209,2	22.186,6	15,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	374,3	315,4	-15,7%
Despesas do Banco Central	712,8	772,6	8,4%
Memo:	0,0	0,0	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	3.789,2	4.156,6	9,7%
RMV ^{8/}	409,2	400,4	-2,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Discriminação	2014	2015	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/15 Jan-Mar/14
DESPESA TOTAL	256.583,2	254.518,8	-0,8%
Despesas do Tesouro	161.398,9	154.502,0	-4,3%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	56.711,3	55.640,8	-1,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	645,1	452,8	-29,8%
Custeio e Capital	104.024,3	98.394,5	-5,4%
Despesa do FAT	11.233,3	11.018,5	-1,9%
Abono e Seguro Desemprego	11.113,1	10.951,0	-1,5%
Demais Despesas do FAT	120,2	67,5	-43,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	2.154,3	2.711,7	25,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	964,4	1.320,2	36,9%
Equalização de custeio agropecuário	90,4	105,2	16,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	7,9	16,5	107,8%
Política de preços agrícolas	231,4	-78,5	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,0	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	187,6	-125,3	-
Garantia à Sustentação de Preços	43,5	46,8	7,5%
Pronaf	92,8	141,4	52,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	26,5	143,5	440,7%
Concessão de Financiamento ^{6/}	66,3	-2,1	-
Aquisição	0,0	0,0	-
Proex	70,8	102,9	45,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	179,9	163,5	-9,1%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-109,0	-60,6	-44,5%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	299,8	227,3	-24,2%
Álcool	0,0	25,1	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-22,1	-17,4	-21,2%
Funcafé	35,9	22,2	-38,1%
Revitaliza	0,0	1,3	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	17,6	163,9	833,3%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	13,8	399,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,9	2,9	221,7%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	55,0	203,9	270,6%
Subvenções Econômicas	70,1	0,0	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	5,2	-
Sudene	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-0,7	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.189,9	1.391,5	16,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{9/}	9.756,8	10.621,5	8,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	208,8	232,7	11,4%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	3.013,9	1.282,0	-57,5%
Outras Despesas de Custeio e Capital	77.866,1	72.760,9	-6,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios	121,6	431,1	254,5%
Legislativo	450,8	418,4	-7,2%
Judiciário	1.961,9	2.166,5	10,4%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	1.644,4	697,5	-57,6%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	16.876,0	10.587,1	-37,3%
Fundo Constitucional DF	295,3	2.020,5	584,2%
Outras Obrigatórias ^{10/}	376,0	2.332,1	520,2%
Discricionárias	52.917,7	48.998,3	-7,4%
Compensação RGPS ^{11/}	3.222,4	5.109,5	58,6%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	663,3	466,7	-29,6%
Benefícios Previdenciários	94.407,1	99.234,4	5,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	73.462,0	76.765,7	4,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.388,7	1.085,4	-21,8%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	20.945,1	22.468,7	7,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios	409,9	320,5	-21,8%
Despesas do Banco Central	777,2	782,4	0,7%
Memo:	0,0	0,0	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	4.133,1	4.211,0	1,9%
RMV ^{8/}	446,1	405,3	-9,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Mar/2014						Jan-Mar/2015					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
INVESTIMENTO TOTAL	100.387.769,9	15.426.323,2	1.872.530,8	1.214.348,6	19.228.472,7	20.441.521,0	35.282.867,5	2.918.292,3	723.619,0	241.486,7	14.851.765,3	15.093.252,0
Câmara dos Deputados	240.937,2	4.812,5	289,8	276,3	8.551,4	8.827,8	84.695,5	10.038,8	1.018,9	1.014,1	21.890,2	22.904,3
Senado Federal	69.831,6	3.865,5	16,6	16,6	4.995,8	5.012,3	22.406,7	1.424,1	293,9	293,9	18.158,5	18.452,4
Tribunal de Contas da União	63.914,2	5.910,1	59,4	59,4	19.119,3	19.178,7	17.903,7	3.336,6	426,5	426,5	25.229,4	25.655,9
Supremo Tribunal Federal	39.357,6	3.487,7	360,1	359,5	6.237,5	6.597,0	15.888,1	663,1	129,0	129,0	2.531,9	2.661,0
Superior Tribunal de Justiça	46.704,0	1.048,5	6,6	6,6	2.759,7	2.766,3	18.807,9	2.713,8	31,9	0,0	4.235,2	4.235,2
Justiça Federal	415.263,3	161.287,2	2.460,4	2.339,0	60.141,4	62.480,4	121.949,2	7.850,5	760,1	623,8	59.430,5	60.054,3
Justiça Militar	19.498,2	423,6	57,9	57,9	2.141,9	2.199,8	5.355,0	124,7	2,7	2,7	2.528,0	2.530,8
Justiça Eleitoral	320.871,0	27.545,6	462,1	336,8	28.992,6	29.329,4	338.251,8	24.721,6	903,1	862,3	42.989,8	43.852,1
Justiça do Trabalho	647.854,5	33.435,5	1.106,5	1.036,1	67.685,3	68.721,4	155.000,4	9.727,2	2.406,9	2.285,5	90.142,3	92.427,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	50.845,0	15.596,7	319,1	7,1	10.899,2	10.906,3	24.352,2	5.655,7	65,4	0,0	10.036,3	10.036,3
Conselho Nacional de Justiça	69.598,1	1.353,8	13,7	13,7	2.177,3	2.191,0	20.261,5	0,0	0,0	0,0	2.391,8	2.391,8
Presidência da República ^{5/}	4.129.958,4	543.473,1	173.226,9	173.222,0	633.451,6	806.673,6	1.375.261,1	66.859,7	66.481,2	66.481,2	423.911,9	490.393,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	742.604,9	2.090,5	1.519,7	1.519,2	192.294,6	193.813,8	339.588,3	296,8	0,0	0,0	7.821,6	7.821,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.170.608,7	36.442,6	1.560,1	0,0	128.123,6	128.123,6	235.453,3	0,0	0,0	0,0	202.014,1	202.014,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.429.357,8	255.524,3	111.890,9	6.977,2	111.125,0	118.102,2	315.598,5	0,0	0,0	0,0	241.931,3	241.931,3
Ministério da Fazenda	1.644.981,8	152.502,5	26.393,9	26.302,6	139.588,8	165.891,4	421.140,1	9.055,3	330,6	330,6	329.952,5	330.283,1
Ministério da Educação	14.118.720,7	1.403.033,2	94.422,9	55.781,4	2.495.266,4	2.551.047,8	4.650.910,1	481.774,7	63.305,3	27.239,8	1.629.019,2	1.656.259,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	167.509,0	7.941,4	4.015,5	4.015,5	7.510,9	11.526,4	74.706,0	0,0	0,0	0,0	11.974,4	11.974,4
Defensoria Pública da União	19.387,5	17,9	0,0	0,0	894,1	0,0	33.230,0	2.830,8	1.921,7	1.921,7	8.341,0	10.262,7
Ministério da Justiça	1.966.808,0	119.791,8	476,3	241,8	445.741,6	445.983,5	454.475,8	5.340,7	1.664,3	1.664,3	121.728,1	123.392,4
Ministério de Minas e Energia	147.236,6	159.776,2	170,7	130,5	27.325,7	27.456,1	36.053,1	29,9	29,9	26,8	38.890,3	38.917,1
Ministério da Previdência Social	147.841,6	77.118,4	1.329,0	426,5	22.814,7	23.241,2	33.877,8	0,0	0,0	0,0	16.368,9	16.368,9
Ministério Público da União	352.414,8	14.097,7	2.649,3	2.649,3	43.107,5	45.756,8	49.020,3	3.103,2	2.385,4	2.382,2	46.618,1	49.000,4
Ministério das Relações Exteriores	30.211,3	4.537,7	1.644,2	1.644,2	641,9	2.286,1	9.223,9	3.432,0	654,5	654,5	3.224,3	3.878,8
Ministério da Saúde	10.012.892,8	461.055,9	180.666,6	40.422,2	1.514.934,4	1.555.356,6	4.375.316,8	219.374,8	97.958,6	59.789,9	670.478,2	730.268,1
Ministério do Trabalho e Emprego	107.791,2	2.899,7	443,9	443,9	7.771,4	8.215,4	37.885,5	0,0	0,0	0,0	6.269,6	6.269,6
Ministério dos Transportes	15.827.880,4	3.632.719,3	245.309,4	245.265,1	3.705.263,7	3.950.528,8	4.667.401,1	1.065.938,4	228.168,6	72.468,1	3.204.019,4	3.276.487,6
Ministério das Comunicações	278.546,2	220.606,4	0,0	0,0	56.449,4	56.449,4	338.152,2	0,0	0,0	0,0	4.960,6	4.960,6
Ministério da Cultura	513.706,7	19.124,6	150,6	11,1	106.014,1	106.025,2	95.169,3	10.850,0	490,9	192,3	45.947,5	46.139,8
Ministério do Meio Ambiente	406.845,9	8.589,2	636,7	547,2	14.155,3	14.702,6	93.942,6	2.013,2	135,8	135,8	14.344,1	14.479,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.889.224,1	97.404,7	1.263,4	1.176,3	1.212.604,5	1.213.780,8	1.511.391,5	0,0	0,0	0,0	94.125,2	94.125,2
Ministério do Esporte	1.406.164,7	25.507,4	0,0	0,0	129.602,8	129.602,8	681.624,2	3.000,0	0,0	0,0	285.994,5	285.994,5
Ministério da Defesa	9.423.410,7	4.040.049,6	613.630,2	304.600,8	2.852.218,5	3.156.819,3	5.444.569,3	858.770,0	249.488,5	2.373,9	1.634.659,7	1.637.033,6
Ministério da Integração Nacional	7.632.545,5	808.466,7	84.885,6	23.385,4	948.462,7	971.848,1	1.588.447,6	56.584,3	4.565,2	187,5	1.077.173,4	1.077.360,9
Ministério do Turismo	1.071.580,6	48.166,6	2,4	2,4	70.325,8	70.328,2	146.120,0	0,0	0,0	0,0	144.504,2	144.504,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	894.483,7	3.919,7	3,7	3,7	202.172,4	202.176,1	139.400,9	0,0	0,0	0,0	47.964,7	47.964,7
Ministério das Cidades	22.641.465,0	3.019.826,1	321.055,5	321.055,1	3.941.055,0	4.262.110,1	7.278.891,6	62.782,4	0,0	0,0	4.258.358,8	4.258.358,8
Ministério da Pesca e Agricultura	190.136,7	46,0	9,5	9,5	4.529,1	4.538,6	16.778,2	0,0	0,0	0,0	914,3	914,3
Conselho Nacional do Ministério Público	7.180,0	1,6	0,0	0,0	926,0	926,0	1.033,3	0,0	0,0	0,0	278,0	278,0
Advocacia Geral da União	31.600,0	2.825,8	21,7	6,7	399,6	0,0	13.333,3	0,0	0,0	0,0	413,8	413,8

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	857.484,9	1.118.568,8	1.065.213,0	-4,8%	24,2%
<i>Dívida Interna</i>	2.945.168,0	3.274.428,8	3.418.145,8	4,4%	16,1%
<i>DPMFi em Poder do Público</i> ^{1/}	1.990.104,8	2.213.354,7	2.316.486,5	4,7%	16,4%
LFT	376.404,6	456.502,5	457.288,8	0,2%	21,5%
LTN	632.616,2	656.252,0	726.854,4	10,8%	14,9%
NTN-B	670.954,2	734.013,4	756.398,5	3,0%	12,7%
NTN-C	70.344,5	71.546,6	72.849,9	1,8%	3,6%
NTN-F	203.890,7	255.514,0	262.468,3	2,7%	28,7%
Dívida Securitizada	7.461,0	6.903,4	6.871,6	-0,5%	-7,9%
Demais Títulos em Poder do Público	28.433,6	32.622,8	33.755,0	3,5%	18,7%
<i>DPMFi em Poder do Banco Central</i>	978.659,8	1.084.796,5	1.124.909,1	3,7%	14,9%
LFT	168.637,2	171.951,8	166.742,8	-3,0%	-1,1%
LTN	331.266,2	379.029,0	405.485,8	7,0%	22,4%
Demais Títulos na Carteira do BCB	478.756,4	533.815,7	552.680,6	3,5%	15,4%
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	-27.316,3	-32.456,3	-31.906,0	-1,7%	16,8%
<i>Demais Obrigações Internas</i>	3.719,7	8.733,9	8.656,2	-0,9%	132,7%
Haveres Internos	2.087.683,0	2.155.860,0	2.352.932,8	9,1%	12,7%
<i>Disponibilidades Internas</i>	599.906,3	536.713,1	718.136,2	33,8%	19,7%
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	530.311,5	541.039,3	542.741,1	0,3%	2,3%
Bônus Renegociados	5.033,6	5.700,9	6.349,3	11,4%	26,1%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.301,9	801,2	790,9	-1,3%	-39,3%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.671,5	12.738,6	12.754,2	0,1%	0,7%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	14.116,3	12.663,3	12.603,9	-0,5%	-10,7%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	417.535,6	426.458,8	427.288,2	0,2%	2,3%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	72.354,5	76.364,2	76.653,1	0,4%	5,9%
Antecipação de Royalties	5.291,9	4.247,3	4.247,5	0,0%	-19,7%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.006,1	2.064,8	2.054,0	-0,5%	2,4%
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	357.272,5	383.530,8	389.702,7	1,6%	9,1%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	198.449,2	196.377,2	199.557,7	1,6%	0,6%
Fundos Constitucionais Regionais	85.779,8	95.012,1	95.707,3	0,7%	11,6%
Fundos Diversos	73.043,5	92.141,6	94.437,7	2,5%	29,3%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	600.192,7	694.576,8	702.352,8	1,1%	17,0%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.804,9	5.835,0	5.839,2	0,1%	0,6%
Haveres de Operações Estruturadas	66.703,6	74.224,8	76.847,2	3,5%	15,2%
Haveres Originários de Privatizações	8.470,9	0,0	0,0	-	-100,0%
Haveres de Legislação Específica	493.878,6	589.076,8	593.660,6	0,8%	20,2%
Demais Haveres Administrados pela STN	25.334,7	25.440,2	26.005,9	2,2%	2,6%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	90.035,7	115.257,4	124.123,6	7,7%	37,9%
<i>Dívida Externa</i>	90.505,9	116.264,6	124.716,1	7,3%	37,8%
<i>Dívida Mobiliária</i>	80.655,9	105.773,3	113.239,8	7,1%	40,4%
Euro	2.621,7	4.373,2	4.687,6	7,2%	78,8%
Global US\$	64.518,4	88.002,1	95.039,4	8,0%	47,3%
Global BRL	13.515,7	13.398,0	13.512,8	0,9%	0,0%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Dívida Contratual</i>	9.850,0	10.491,3	11.476,3	9,4%	16,5%
Organismos Multilaterais	2.937,2	3.826,9	4.282,8	11,9%	45,8%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.912,8	6.664,4	7.193,5	7,9%	4,1%
Haveres Externos	470,1	1.007,2	592,5	-41,2%	26,0%
<i>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</i>	470,1	1.007,2	592,5	-41,2%	26,0%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	947.520,7	1.233.826,2	1.189.336,6	-3,6%	25,5%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ^{2/}	18,0%	22,2%	21,3%	-4,0%	18,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Boletim

FPM / FPE / IPI - Exportação

Em março de 2015 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de 27,2% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R\$ 9,5 bilhões, ante R\$ 13,0 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Em março, as transferências a título de FPM e FPE atingiram R\$ 9,5 bilhões, já descontada a parcela do FUNDEB.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Milhões

Origens	2014			2015			Variação Nominal		
	Fevereiro	Março	Até Março	Fevereiro	Março	Até Março	Mar/15 Fev/15	Mar/15 Mar/14	Até Mar/15 Mar/14
FPM	6.829,5	4.051,2	17.276,2	6.641,0	4.837,0	17.983,5	-27,2%	19,4%	4,1%
FPE	6.525,9	3.871,2	16.508,3	6.345,8	4.622,0	17.184,3	-27,2%	19,4%	4,1%
IPI - Exp	282,7	276,2	892,8	288,8	283,3	1.057,6	-1,9%	2,6%	18,5%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Março	-32,0%	-27,2%	-32,0%	-27,2%	-0,1%	-1,9%

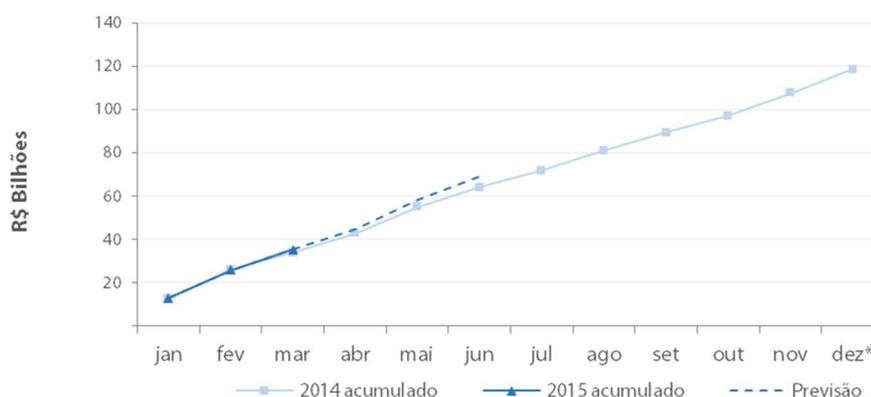
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

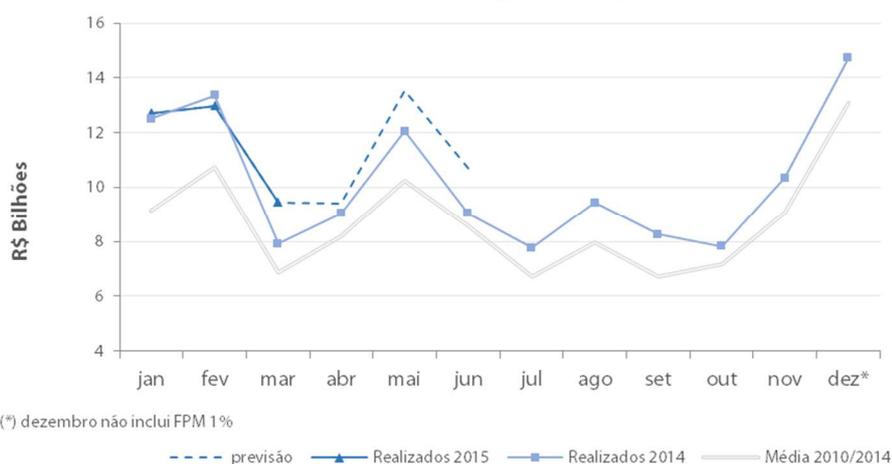
FUNDOS	Abril	Maio	Junho
FPM	-0,7%	44,0%	-21,0%
FPE	-0,7%	44,0%	-21,0%
IPI - EXP	3,1%	21,0%	-1,0%

Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



(*) dezembro não inclui FPM 1%

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2015 a 20/03/2015, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
FEV/3º DEC	2.226,2	11.256,9	13.483,1	MAR/1º DEC	2.319,1	2.427,0	178,1	4.924,1
MAR/1º DEC	676,8	2.361,1	3.037,9	MAR/2º DEC	522,5	546,8	54,1	1.123,5
MAR/2º DEC	638,2	9.712,8	10.351,0	MAR/3º DEC	1.780,4	1.863,2	51,1	3.694,6
TOTAL	3.541,2	23.330,8	26.872,0	TOTAL	4.622,0	4.837,0	283,3	9.742,2

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R\$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	25.698,1	158.118,1	10,2
Alagoas	AL	115.100,0	192.279,2	159,6
Amazonas	AM	74.099,1	128.971,9	2.170,2
Amapá	AP	18.890,2	157.702,1	609,7
Bahia	BA	450.262,1	434.291,0	15.169,4
Ceará	CE	239.866,0	339.110,5	2.697,9
Distrito Federal	DF	8.170,5	31.900,9	418,4
Espírito Santo	ES	83.739,1	69.329,8	15.549,2
Goiás	GO	177.271,3	131.407,7	6.344,9
Maranhão	MA	200.684,1	333.624,2	2.205,1
Minas Gerais	MG	633.823,5	205.886,3	39.474,9
Mato Grosso do Sul	MS	71.792,0	61.564,8	5.258,4
Mato Grosso	MT	88.195,8	106.670,8	4.423,9
Pará	PA	173.218,0	282.495,8	17.291,0
Paraíba	PB	156.210,5	221.342,3	289,6
Pernambuco	PE	237.697,9	318.926,3	4.086,1
Piauí	PI	128.189,1	199.734,5	62,9
Paraná	PR	326.619,5	133.261,1	21.823,7
Rio de Janeiro	RJ	142.208,9	70.610,1	41.451,3
Rio Grande do Norte	RN	119.663,9	193.101,9	222,6
Rondônia	RO	40.997,7	130.136,6	986,4
Roraima	RR	23.982,8	114.657,6	6,1
Rio Grande do Sul	RS	327.076,5	108.838,5	30.430,6
Santa Catarina	SC	188.654,9	59.152,2	15.078,2
Sergipe	SE	72.116,8	192.057,4	92,1
São Paulo	SP	644.051,6	46.219,9	56.659,2
Tocantins	TO	68.681,9	200.594,2	324,0
TOTAL		4.836.961,8	4.621.985,6	283.295,9

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2014, foi publicada a Portaria STN nº 692, de 9 de dezembro de 2014, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2015, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Inter-governamentais - COINT

Fone: (61) 3412-3051

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br